



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TÚLIO BOMFIM LUZ**

**A INFLUÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL**  
**NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CHILE**  
**(1990-2020)**

**SALVADOR**

**2022**

**TÚLIO BOMFIM LUZ**

**A INFLUÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL  
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CHILE  
(1990-2020)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia do trabalho e empresa.  
Orientador: Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha

SALVADOR

2022

L979

Luz, Túlio Bomfim.

A influência do modelo neoliberal na educação superior do Chile (1990 – 2020) \ Túlio Bomfim Luz. - - Salvador, 2022.

70 f.; il.; tab.; graf.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha.

1. Chile – educação superior. 2. Educação - neoliberalismo. 3. Neoliberalismo. I. Universidade Federal da Bahia. II. Rocha, Alynson dos Santos. III. Título.

CDD: 320.983

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÚLIO BOMFIM LUZ**

**A INFLUÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO  
CHILE (1990-2020)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Salvador, Ba em 13 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora

---

Orientador - Prof. Dr. Alynson Rocha  
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

---

Profa. Dra. Claudia Sá Malbouisson Andrade  
Faculdade de Economia  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

Profa. Dra. Edna Maria da Silva  
Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe Eduvirgens e meus irmãos, pelo incentivo sempre. Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Alynson dos Santos Rocha, pela imensa paciência e por tornar este trabalho algo real, e pela ajuda ao transmitir o conhecimento. A todos que pude conhecer na Faculdade de Economia e funcionários do Administrativo. Aos professores da casa, pela paciência nas aulas e pelo ensinamento que servirá por toda a minha vida, em especial ao Professor Henrique Thomé e a Professora Ieda que não se encontra mais no quadro, mas foi uma das professoras que me motivou a seguir na graduação com seu jeito de ensinar Introdução a Economia. Aos professores presentes que aceitaram participar dessa banca. A coordenadora da Biblioteca pelo apoio.

Minha gratidão a todos!

*O caminho é o Estudo!*

*“A ferramenta do estudante é o estudo. Portanto, há também um círculo virtuoso: quanto mais se estuda, menos penoso é e mais prazeroso será. Dessa forma, o tempo que você dedicar a seus estudos pode ser convertido em uma grata oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional. Na prática, quando você consegue sentir interesse pelo assunto, o estudo se torna mais agradável: gostar de estudar resulta em gostar de aprender. Uma das teses deste livro é a de que saber estudar ajuda a sair do círculo vicioso e a entrar no virtuoso.*

*O caminho para o sucesso em seus estudos exige dedicação e organização. Assim, gradativamente, com sua dedicação aos estudos, você transformará as informações em conhecimentos e alcançará seus objetivos.”*

*(Cláudio de Moura Castro, economista, mestre pela Yale University e doutor pela Vanderbilt University.)*

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo estudar a influência do pensamento neoliberal na educação superior do Chile no período de 1990 a 2020. Analisa-se a experiência do Chile no contexto educacional, criticando-se o modelo neoliberal. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, dados secundários, relatórios, numa análise histórica e crítica tendo como referências Milton Friedman e a Escola de Chicago, Banco Mundial, FMI, observando pontos dessa corrente do pensamento econômico para a política educacional do Chile. É importante ressaltar que o sistema educacional superior chileno é fruto da época da hegemonia neoliberal, que originou a legislação responsável pelas diretrizes da educação no país. Isso decorre da concepção dessa corrente de pensamento, defendida por Friedrich Von Hayek em 1945, que avançou nas décadas de 1970 e 1980, após o declínio do pensamento keynesiano então dominante. Na década de 1980 diversos países, inclusive latino-americanos, encontravam-se endividados em virtude de crises macroeconômicas. No Chile, com o fim da ditadura, o Governo que foi eleito democraticamente, além de promover a continuidade dos programas educacionais implementados no período militar, também aprofundou tais programas, autorizando estabelecimentos privados subvencionados a exigirem mensalidades de seus estudantes. Tais políticas de natureza neoliberal são difundidas no Chile, antes da legitimação pelo chamado Consenso de Washington, promovido por organismos internacionais a partir de programas de ajuste econômico, redução da atuação do Estado e reformas educacionais, cuja intenção é transferir a educação do campo político para a lógica do mercado. As mudanças realizadas no Chile foram concebidas por Milton Friedman, um dos precursores do pensamento neoliberal, nesse contexto o Chile é reconhecido como modelo de sucesso entre países latino-americanos, inclusive para o Brasil. É possível dizer que o Chile foi um dos laboratórios utilizado por Organizações Internacionais para incrementar as políticas propagadas pelo Banco Mundial. Ainda que exista um questionamento à agenda neoliberal, as políticas neoliberais sempre estiveram no contexto de execução.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Ensino superior. Educação. Chile.

## ABSTRACT

This monograph aims to study the influence of neoliberal thinking on higher education in Chile from 1990 to 2020. It analyzes the experience of Chile in the educational context, criticizing the neoliberal model. The methodology used is the bibliographical research of qualitative nature, secondary data, reports, in a historical and critical analysis having as references Milton Friedman and the School of Chicago, World Bank, IMF, observing points of this current of economic thought for the educational policy of Chile. It is important to emphasize that the Chilean higher education system is the result of the era of neoliberal hegemony, which originated the legislation responsible for the guidelines of education in the country. This stems from the conception of this current of thought, advocated by Friedrich von Hayek in 1945, which advanced in the 1970s and 1980s, after the decline of the then dominant Keynesian thought. In the 1980s several countries, including Latin Americans, were in debt due to macroeconomic crises. In Chile, with the end of the dictatorship, the government that was democratically elected, in addition to promoting the continuity of educational programs implemented in the military period, also deepened such programs, authorizing subsidized private establishments to require tuition from their students. Such policies of a neoliberal nature are disseminated in Chile, before legitimation by the so-called Washington Consensus, promoted by international organizations based on programs of economic adjustment, reduction of state action and educational reforms, whose intention is to transfer education from the political field to the logic of the market. The changes made in Chile were conceived by Milton Friedman, one of the precursors of neoliberal thought, in this context Chile is recognized as a model of success among Latin American countries, including Brazil. It is possible to say that Chile was one of the laboratories used by International Organizations to increase the policies propagated by the World Bank. Although there is a questioning of the neoliberal agenda, neoliberal policies have always been in the context of implementation.

**Keywords:** Neoliberalism. Higher education. Education. Chile.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Principais nomes dos Pensadores Liberais .....	15
Quadro 2 Principais autores da Escola Austríaca .....	19
Figura 1 Linha Temporal: Liberalismo e Neoliberalismo .....	23
Figura 2 Os interesses entorno da Educação do Chile .....	32
Gráfico 1 Evolução do número de matrículas no ensino superior de 1980-2012.....	38
Gráfico 2 Crescimento de matrículas no ensino superior chileno (2007-2016), por nível de formação.....	39
Gráfico 3 Proposta do governo do Chile com o financiamento público para a educação superior: alunos beneficiados pela gratuidade e bolsas de estudo.....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Participação das universidades existentes em 1981 nos recursos fiscais distribuídos para educação superior no ano de 1980.....	36
Tabela 02 Participação no total do Aporte Fiscal Direto por instituição – 1989-2000 (ordenada por crescimento relativo) .....	37
Tabela 03 Universidades Chilenas Fundadas entre 1810-1981 e sua categorização .....	42
Tabela 04 Percentual de matrículas do setor privado sobre o total de matrículas do Ensino superior de 1980-1994.....	42
Tabela 05 Ingressos na Universidade do Chile, Universidade de Santiago e P. univ. católica com o número de matriculados em graduação e Pós-Graduação .....	43

## LISTA DE SIGLAS

**AFD** - Aporte fiscal direto

**AFI** - Aporte fiscal indireto

**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BM** - Banco Mundial

**CAE** - Crédito de Garantia do Estado

**CED** - Centro de Estudantes de Direito

**CFT** - Centro de Formação Técnica

**CONICVT** - Comissão Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

**DFL** - Decreto Federal de Lei

**FEM** - Fórum Econômico

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FONDECVT** - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**MINEDUC** - Ministério de Educação do Chile

**IPS** – Institutos profissionais

**OCDE** - Organização Europeia para a Cooperação Econômica

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
<b>3 NEOLIBERALISMO E LIBERALISMO: O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NEOLIBERAL CHILENO</b> .....	24
3.1 NEOLIBERALISMO: ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS E EDUCAÇÃO.....	24
3.2 FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO DO CHILE.....	33
<b>4 UMA CONJUNTURA RECENTE: UM NOVO CHILE</b> .....	45
4.1 GOVERNOS CHILENOS E EDUCAÇÃO.....	48
4.1.1 O Primeiro Governo Michele Bachelet.....	48
4.1.2 O governo Sebastien Piñera.....	50
4.1.3 O Segundo governo Michele Bachelet.....	50
4.1.4 O Governo Gabriel Boric.....	51
4.2 UM NOVO MODELO PARA A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO CHILE.....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICES</b> .....	64
<b>APÊNDICE A – Crescimento do Financiamento Público e do Número de matrículas na Educação Superior entre os anos de 1990-2015</b> .....	64
<b>APÊNDICE B – Matrícula total de 2021 por tipo de Instituição e Sexo</b> .....	65
<b>APÊNDICE C – Matrícula total de 2021 por tipo de Instituição e nível de formação</b> .....	66
<b>APÊNDICE D – Evolução de Material Total por nível de Formação</b> .....	67
<b>APÊNDICE E – Matrícula total 2021 de graduação por sexo e tipo de instituição</b> .....	68
<b>APÊNDICE F – Evolução de Matrícula total por tipo de Instituição</b> .....	69

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência do pensamento neoliberal na educação superior do Chile, observando avanços e consequências no contexto histórico da política educacional no país. Busca-se compreender a conjuntura na qual a política pública educacional do Chile adota o modelo neoliberal repercutindo em diversas mudanças no sistema educacional superior do país entre 1990 a 2020. Tais fatos suscitam o questionamento do porquê em quarenta e nove anos o modelo liberal não atendeu às políticas educacionais do ensino superior chileno.

Parte-se de discussões entre correntes ideológicas e pensamentos de setores da sociedade chilena, reflexo do regime militar que implantou políticas educacionais de cunho neoliberal com o intuito de transferirem a educação do campo político para a concepção de mercado. Esses movimentos inspiram-se nas características centrais do pensamento que se inseriu na herança do liberalismo clássico do século XIX. Tal corrente de pensamento foi defendida por Hayek e Friedmam (BIANCHETTI, 1996).

A educação passa a ser terreno fértil, para reestruturação do capital no sentido que as medidas são incorporadas com suas ações ao Estado direcionada por organismos internacionais, sendo que as novas lógicas requerem pessoas e consumidores mais formados e qualificados, que produzam mercadorias ou serviços, que possam ser utilizados (CHARLOT, 2014, p. 20).

Com base nas obras de autores (AZEVEDO, 1997), (BIANCHETTI, 1996), (BRUNNER, 1993), (CONSEJO, 2003), (DÍAZ, 1981), (LIBÂNEO, 2003) e outros, este trabalho apresenta proposta de estudo e análise da política educacional chilena nesse período, pelo modelo (neo) liberal dirigente da transformação das políticas educacionais.

O liberalismo difundido na política educacional chilena tem como objetivo adequar a reforma educacional na esfera do campo político do governo, que ocasionou profundas mudanças implementadas mediante golpe de estado no ano de 1973. Esse processo de mudanças teve a influência do pensamento da Escola de Chicago, berço do pensamento neoliberal. Milton Friedman, um dos defensores do liberalismo, coube a influência na política de governo do Chile, por simpatia ao modelo nutrido pelo general Augusto Pinochet, ditador chileno entre 1973 e 1990, após deposição do presidente eleito democraticamente Salvador Allende. Essas ideias neoliberais disseminaram-se entre os demais países latino-americanos, principalmente o

Brasil, que abraça práticas neoliberais na década de 1990, no sentido de tratar a educação como mercadoria (SEPULVEDA, 2011).

Esta Monografia está dividida em cinco capítulos. Inicia-se com esta introdução muito breve, juntamente ao quadro referencial, um sucinto contexto histórico e as características do neoliberalismo. No terceiro capítulo faz uma abordagem sobre o neoliberalismo e liberalismo em si, uma ligação das organizações mundiais na educação os pensamentos neoliberais no sistema educacional, e sua repercussão, com uma abordagem sobre o financiamento e participação do setor privado na educação chilena e na educação. Trata-se de uma conjuntura recente e nova no Chile, transcorrendo em torno dos governos recentes. Tem-se um novo modelo proposto para a educação superior no país. Nas Considerações Finais reafirma-se o a influência do modelo neoliberal na educação superior do Chile. Que mostra a progressiva influência das políticas neoliberais na educação superior do Chile que determinou as regras do jogo no qual o modelo neoliberal gerou grandes transformações no contexto da educação do país, que entorno de quarenta e nove anos tem causando um processo nítido de desigualdades e o questionamento do porque esse modelo prevalece no sistema de ensino.

## 2 QUADRO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Percorrendo-se as origens históricas do Liberalismo entende-se que essa corrente de pensamento econômico, político e social surgiu para confrontar o Mercantilismo, um conjunto de práticas econômicas observado no continente europeu após o declínio do Feudalismo no século XVI. O Mercantilismo interagiu com o Estado como um sistema, portanto, com forte intervenção estatal na economia. Em contestação a esse cenário emerge o liberalismo propriamente dito combatendo o sistema mercantil arcaico (COUTINHO, 1990).

É possível pensar o Liberalismo em duas vertentes: o Liberalismo político e econômico. Entender cada uma delas norteará a percepção de Neoliberalismo no transcorrer deste trabalho. Neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que se torna presente a partir do século XX. Ela é alicerçada sobretudo nos estudos do economista ucraniano Ludwig von Mises e do austríaco Friedrich Hayek. O pensamento neoliberal opõe-se à teoria keynesiana de bem-estar social, propondo uma nova leitura do liberalismo econômico ou clássico, sustentando-se nos pilares da visão econômica interessada na redução da participação do Estado na economia (LOMBARDI, 2007).

A procura por respostas às demandas de uma determinada crise no qual o capital se aprofunda passou a surgir um novo processo de organização, com um viés ideológico e político, cujos os elementos evidenciaram para o advento do neoliberalismo, com privatizações do Estado, a desregulamentação por direitos trabalhistas e desmanche do setor produtivo estatal do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2003, p.31).

No fim do século XVIII, muitos estudiosos pregam a ineficiência da intervenção do Estado na economia. Os primeiros pensadores do liberalismo são os franceses François Quesnay (1694-1774) e Vincent Gounay (1712-1759). No entanto, historicamente, o primeiro grande nome do pensamento liberal foi o economista inglês Adam Smith. Além de Smith, outros autores destacam-se na fundamentação do pensamento liberal. Entre eles destacam-se, John Locke, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, Voltaire, Montesquieu e Frédéric Bastiat. A principal ideia desses pensadores era apresentar uma ruptura com o autoritarismo e intervencionismo estatal das monarquias absolutistas.

## 1. Principais nomes do pensamento liberal

### **(1632-1704) John Locke:**

Locke defendia a liberdade intelectual e a tolerância. Foi precursor de muitas ideias liberais, que só floresceram durante o iluminismo francês no século XVII. Locke criticou a teoria de direito divino dos reis, formulada pelo filósofo Thomas Hobbes. Para Locke, a soberania não reside no Estado, mas sim na população. Um filósofo inglês conhecido como o "pai do liberalismo", sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

### **(1689-1755) Baron de Montesquieu:**

Montesquieu, iluminista francês do século XVIII, propôs a divisão dos poderes para limitar a soberania dos monarcas. Ele era contra o poder despótico como poder absoluto concentrado nas mãos de um tirano. Defendia o modelo de respeito à liberdade e à vida, além dos direitos políticos dos cidadãos. Uma de suas principais obras teórica política foi os três poderes que constituía três formas de governo centrais, sendo duas legítimas e uma ilegítima.

### **(1723-1790) Adam Smith:**

Considerado um economista e filósofo social do iluminismo escocês, chamado como Pai da Economia Moderna. Sua teoria, pregava a liberdade, a propriedade privada como elementos principais. Em que o indivíduo tem liberdade para decidir todos os aspectos relacionados à sua própria vida e seus interesses, principalmente quando o assunto for as relações de trabalho e o uso do seu capital.

### **(1766-1834) Thomas Malthus:**

Economista inglês, matemático, iluminista britânico, considerado o pai da demografia, por elaborar sua teoria de controle do aumento populacional, conhecida como malthusianismo. Em que afirmava que o aumento da população cresceria em ritmo acelerado, superando a oferta de alimentos, tendo como resultado problemas como a fome e a miséria.

### **(1767-1832) Jean-Baptiste Say:**

Say era um economista francês, formulador da chamada a Lei de Say. Suas ideias tinham fortes influência pelos pensamentos iluministas. Sua teoria que tem o próprio nome, defende que podemos consumir apenas quando conseguirmos produzir algo de valor equivalente com o nosso trabalho. Que é a lei de Say que constitui o modelo da demanda agregada/oferta agregada.

**Continua**



**(1772-1823) David Ricardo:**

Considerado um importante economista britânico teórico do século XIX. Sendo um dos principais teóricos econômicos da escola clássica da economia. Se destacou por suas notórias teorias sobre economia, como a teoria do trabalho de valor, da vantagem comparativa e da renda de terras, ou seja, a teoria dos aluguéis.

**(1801-1850) Frédéric Bastiat:**

Bastiat foi um economista e jornalista francês. A maior parte de sua obra foi escrita durante os anos que antecederam e que imediatamente sucederam a Revolução de 1848. É considerado um expoente do pensamento Liberal, sua influência é especialmente evidente nos campos de escolha pública, comércio internacional, direito e economia. Junto dos economistas clássicos-liberal franceses publicou o artigo a “A influência das tarifas inglesas e francesas”.

**(1806-1873) John Stuart Mill**

Mill considerado um filósofo e economista britânico um dos mais influente do século XIX. Defendia o utilitarismo, baseado na teoria ética, que partiu de Jeremy Bentham. Sendo um dos defensores e reconhecedor do liberalismo político, sendo seus livros fontes de discussão e inspiração sobre as liberdades individuais ainda nos tempos atuais.

**(1664- 1778) François-Marie Arouet**

Mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire era contra o absolutismo e a favor da separação da Igreja e Estado, foi um dos primeiros defensores da ideia de Estado Laico. Sendo absolutamente a favor da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, além da liberdade religiosa e da tolerância.

Fonte: DENIS, 1990.

O Liberalismo ganha espaço no século XVIII e consolida-se no século XIX, ao atender aos interesses da burguesia e proporcionar a expansão da industrialização na Europa. Nesse contexto, defende-se a não interferência do Estado na economia para que esta fosse regulada por si mesma e pudesse seguir seu desenvolvimento. Na visão liberal, a defesa dessas ideias significa a única saída favorável para benefício de todos, pois possibilitaria crescimento econômico e a expansão industrial, proporcionando emprego e renda. Entretanto, observa-se que conflitos existentes entre a burguesia e trabalhadores aumentaram de forma intensa e a qualidade de vida das camadas mais pobres da população agravou-se (ANDERSON, 1995).

Ao final do século XIX, a classe trabalhadora vivia uma situação precária. Os trabalhadores não tinham direito à jornada de trabalho limitada, férias, descanso remunerado semanal ou qualquer

direito propriamente dito, incluindo o direito ao salário mínimo. A burguesia detinha a autonomia das decisões de contratação de trabalhadores nas indústrias. No início do século XX, ocorre um fenômeno das multiplicações dos sindicatos, como organizações que passaram a lutar pelas conquistas dos direitos das classes trabalhadoras (ANDERSON, 1995).

É nesse contexto, que o economista inglês John Maynard Keynes constata que o sistema liberal apresenta um travamento de inversões de recursos na economia, dificultando o consumo das populações, pela falta de recursos. Na visão de Keynes, o Estado tinha papel fundamental de garantir um determinado padrão mínimo de qualidade na vida da população, concebendo leis que possibilitassem a regulamentação de trabalhos que garantissem direitos e melhores condições, surgindo então o Estado de bem-estar social (ANDERSON, 1995).

A conquista de direitos e garantias de padrões mínimos de qualidade de vida a todos por parte do Estado proporcionaria contribuições significativas para a economia, no sentido de inversões que possibilitariam melhores acessos à educação, saúde e demais serviços básicos, além de melhores salários repercutindo em maior consumo pela população. As propostas idealizadas por Keynes garantiriam recuperação do emprego, tendo o Estado como atuante no intuito de evitar desemprego crescente de forma substancial da população. Some-se ao controle da inflação, que determinava o consumo ao depreciar o valor da moeda em curso.

A crise de 1929 trouxe instabilidade econômica aos Estados Unidos à Europa. É nesse momento que o presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt propõe o chamado *New Deal*, ou seja, o Novo Acordo, que partia de medidas keynesianas implementadas para conter a crise gerada no período (HADDAD, 2000).

Ao término da Segunda Guerra Mundial, alguns países europeus implementaram medidas keynesianas, no sentido de reconstruir os países devastados pela guerra, fazendo nascer a chamada Social Democracia que significaria governo democrático capitalista, com políticas voltadas para o bem-estar social. Em um primeiro momento houve insatisfação por parte dessa política vinda dos setores industriais, principalmente das indústrias de grande porte (ANDERSON, 1995).

A política de bem-estar social para classe empresarial significava mais impostos a pagar, mais encargos e gastos com direitos trabalhistas, salários mínimos, jornada de trabalho fixa e

regulada, previdência, etc. Essa política exige uma máquina estatal forte e ampla, capaz de oferecer serviços básicos como saúde, alimentação, educação e saneamento a toda população. Exige-se, portanto, para o funcionamento dessa máquina, o aumento de arrecadação de impostos (ROSA, 2013).

Em oposição ao modelo de Keynes, emergem os teóricos da chamada Escola Austríaca de Economia após a Segunda Guerra Mundial, como necessária para uma nova reconstrução. Os economistas conservadores Ludwig von Mises e Friedrich Hayek apresentam uma nova teoria com proposta de redução do papel do Estado, redução da máquina estatal e aumento da iniciativa privada na economia. Mesmo com Ludwig von Mises, reafirmando o livre mercado, ainda não é possível concluir que foram os austríacos os fundadores do Neoliberalismo (SOTO, 2010).

A chamada Escola de Chicago, instituição liberal de economia americana, que contribuiu à história do Neoliberalismo com as teorias dos economistas Milton Friedman e George Stigler (MORAES, 1997). É importante salientar que Milton Friedman foi um economista que pensou na educação, tal que suas proposições influenciaram o sistema educacional tanto nos países de capitalismo desenvolvido quanto periféricos; realçando-se as experiências dos Estados Unidos e do Chile. O país latino-americano contou com a assessoria pessoal do Friedman na implementação de políticas neoliberais (ajuste fiscal, abertura do mercado, privatização, terceirização e publicização) durante a ditadura de Augusto Pinochet (FRIEDMAN, 2020).

Diante das primeiras experiências, o Neoliberalismo começa a ganhar seguidores pelo mundo. Entre eles, órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1944, cujo o objetivo é observar, fiscalizar e atuar cooperativamente na economia mundial. O FMI propõe criar um ambiente de cooperativismo entre os países signatários, facilitando o comércio mundial e oferecendo empréstimos para recuperar países em crises, particularmente países em desenvolvimento (MILITÃO, 2003).

## 2. Principais autores da Escola Austríaca

A Escola Austríaca de Economia é uma das mais emblemáticas das escolas econômicas, que se estruturou a partir do século XIX. O surgimento da escola austríaca romper com vários pressupostos utilizados nas análises econômicas que predominavam na época. Sendo uns dos

seus principais pontos comuns na atual ortodoxia econômica, trata-se da defesa do liberalismo econômico, defendido principalmente por Adam Smith. São: Mínima intervenção do estado na economia; Individualismo metodológico; Livre mercado regulado pelas forças de oferta e demanda; Decisões da economia são guiadas pelos principais agentes econômicos: pessoas e instituições.

**(1840-1921) Carl Menger:**

O primeiro intelectual da Escola Austríaca como fundador teve suas contribuições na economia no desenvolvimento da teoria da utilidade marginal, que contestava as teorias de valor com base em custos de produção, desenvolvidas por economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo.

**(1851-1914) Eugen von Böhm-Bawerk:**

Foi autor de um magnum opus de três volumes: Capital e juros, não sendo aluno de Carl Menger foi um entusiasmado discípulo. Em 1889 como ministro criou um moderno imposto de renda. E foi Como ministro das finanças que defendeu continuamente pela estrita manutenção do padrão ouro legalmente fixado e um orçamento equilibrado.

**(1851-1926) Friedrich von Wieser:**

Um economista e sociólogo austríaco, foi um dos mais destacados de seu tempo. Sendo uns dos nomes da Escola austríaca. Foi o responsável por cunhar o termo da utilidade marginal.

**(1863-1949) Frank Fetter:**

Foi um economista americano que escreveu um tratado intitulado **Os Princípios da Economia**, contribuiu para o aumento do interesse americano por teorias da Escola Austríaca.

**(1881-1973) Ludwig von Mises**

Foi um economista teórico austríaco, de origem judaica, pertenceu a Escola Austríaca de pensamento econômico. É conhecido pelo seu trabalho no campo da praxeologia, e estudo dedutivo das ações e escolhas humanas.

**(1894- 1993) Henry Hazlitt:**

Foi um economista estadunidense adepto da Escola Austríaca Econômica, filósofo, crítico

**Continua**

## Continuação

### **(1899-1992) Friedrich Hayek:**

Foi um economista e filósofo austríaco, naturalizado britânico. Considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Em 1974, Hayek recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel por seu "trabalho pioneiro na teoria do dinheiro, flutuações econômicas e análises penetrantes na independência de fenômenos sociais, econômicos e institucionais.

### **(1906- 1990) Ludwig Lachmann**

Um economista alemão membro da Escola Austríaca, suas ideias continuam a influenciar pesquisas científicas contemporâneas. Muitas disciplinas científicas e sociais baseiam-se, explicitamente ou implicitamente, na Escola Austríaca “subjetivista radical”.

### **(1926-1995) Murray Rothbard**

Foi um economista da Escola Austríaca que ajudou a definir o libertarianismo capitalista e popularizou uma forma de anarquismo de livre mercado que ele nomeou anarcocapitalismo. Rothbard tem mais de vinte livros publicados e é considerado uma figura central no movimento libertário.

Fonte: DENIS, 1990.

No final dos anos 1990, o chamado Consenso de Washington, que estava interligado às ações do FMI, foi constituído pelo economista neoliberal John Williamson. O Consenso tinha a concepção de formar um conjunto de regras de atuação do FMI, firmado no Neoliberalismo, com alvo nos países latino-americanos em desenvolvimento. Para que conseguissem obter ajuda financeira do FMI, esses países deveriam submeter às regras do Consenso (BATISTA, 2001).

Segundo Gentil (1998), o Consenso de Washington foi um momento histórico, onde se estabeleceu um conjunto proposto por discursos que passaram por influências nas decisões governamentais, elaborando uma “legislação” para enfrentar e superar as crises econômicas. Programa de ajuste e estabilização, proposto no marco do “Consenso”, incluía dez tipos específicos de reforma. A expressão *Washington Consensus*, utilizada por John Williamson, concebia que

[...] as raízes dos problemas latino-americanos estavam na estratégia de desenvolvimento adotada no período de pós-guerra, baseada no modelo de substituição de importações. Esta estratégia teria resultado em um padrão de crescimento introvertido e em más alocações de recursos.

O cerne das críticas foi centralizado no papel do Estado, visto como sufocante. Investimentos públicos excessivos teriam provocado escassez na poupança disponível para o setor privado. Empresas públicas assumiram setores que poderiam ter sido ocupados pelo setor privado. A proteção do Estado às empresas nacionais teria reduzido sua competitividade externa, desestimulando as exportações. A América Latina passou a ter pouca moeda estrangeira para financiar seu desenvolvimento (PORTELLA,1994, p. 103).

O *script* neoliberal segue dez orientações sugeridas pelo Consenso de Washington. Inicialmente, tem-se a disciplina fiscal que corresponde determinar um teto de gasto público, que reduza ou limite gastos com serviços básicos; redução dos gastos públicos atrelada à disciplina fiscal, entre outras medidas, juntamente com privatizações de serviços públicos; reforma tributária no intuito de reestruturar o modo de cobrança de impostos, com a menor taxa possível; controle dos juros no mercado para conter a inflação; política cambial, regulando as operações de importação e exportação; abertura comercial, possibilitando comércio com outros países não permeado por ideologias ou questões políticas como barreiras comerciais; investimento direto de estrangeiros, abrindo filiais de empresas internacionais em países em desenvolvimento; privatização de estatais passíveis de privatização, com entrega de ativos à iniciativa privada; desregulamentação, que significa uma flexibilização de leis econômicas e trabalhistas; direito à propriedade intelectual, que corresponde assegurar aos autores o direito pela reprodução de sua obra o neoliberalismo (BORGES 2018).

O termo Escola de Chicago passou a ser utilizado na década de 1950 para se referir aos docentes que lecionavam no Departamento de Economia da Universidade de Chicago e em departamentos de áreas correlacionadas, como a Escola Superior de Administração e a Faculdade de Direito. Esses professores costumavam se reunir com frequência e promover discussões, as quais colaboraram para criar uma opinião desse grupo sobre assuntos econômicos baseando-se na teoria dos preços. A Escola de Chicago de economia é uma das mais conhecidas e influentes no pensamento econômico contemporâneo. Seus ideais foram utilizados em diversos momentos e continuam fortes em algumas nações. Conhecê-la torna possível entender as decisões implementadas por diversos Estados em suas políticas econômicas (RISSI; SALERNO, 2007).

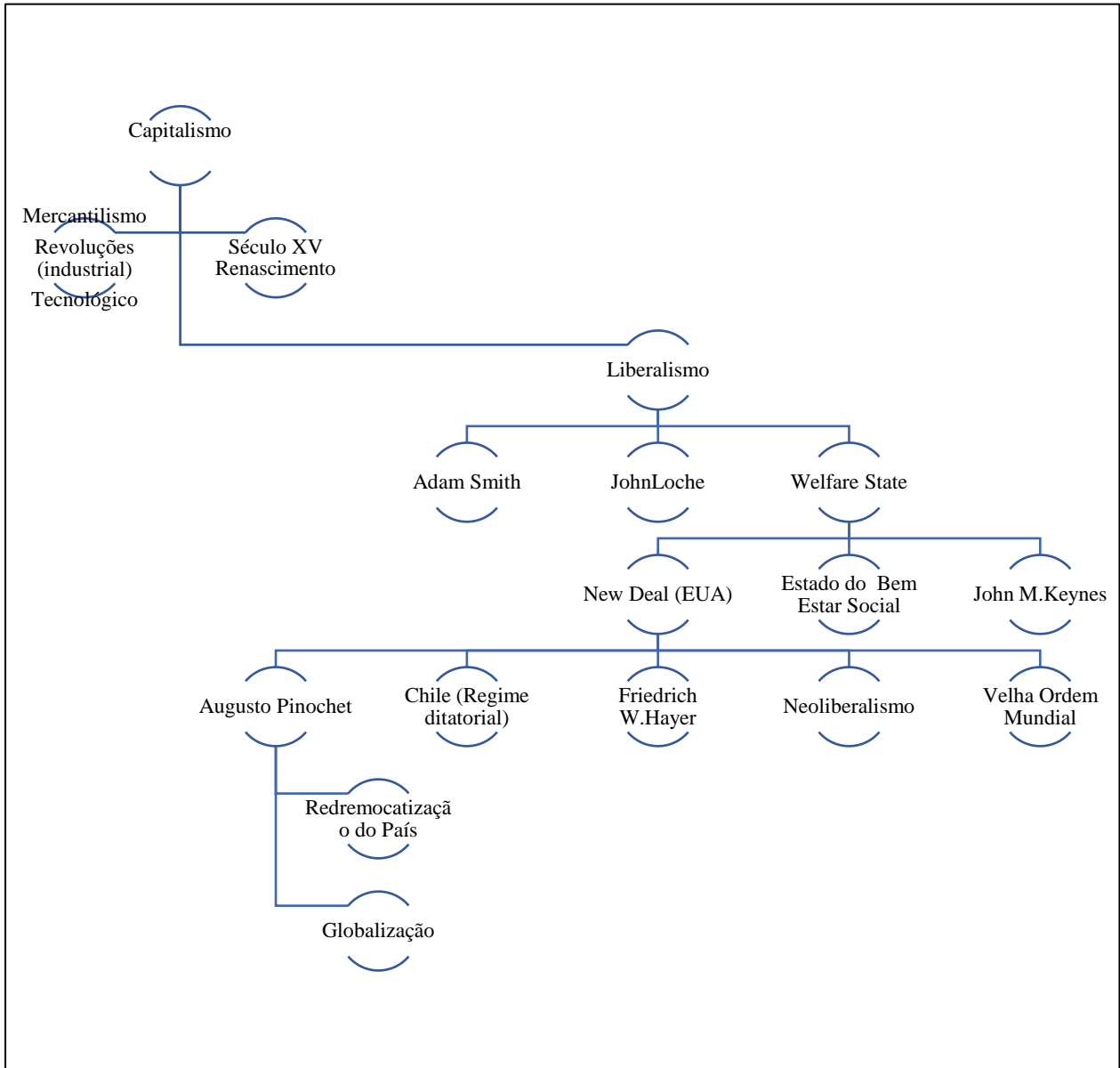
Suas ideias estão associadas à teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico. A Escola rejeita, dentre outras correntes, os ideais keynesianos, mas defende o monetarismo, a teoria das expectativas racionais, rejeitando totalmente a regulamentação dos negócios, em favor de um *laissez-faire* praticamente absoluto. Sua metodologia está ligada ao

estudo empírico, tendo como base a estatística, enfatizando menos a teoria econômica e mais a importância de se analisar estatisticamente os dados. Tem sua notabilidade por estudar assuntos amplos, que vão desde escravidão e demografia até o casamento civil (RISSI; SALERNO, 2007).

As teorias da Escola de Chicago foram implementadas por importantes instituições mundiais, principalmente Banco Mundial, Departamento do Tesouro Americano e FMI. Esses organismos internacionais seguiram o pensamento neoliberal como meio de solução para os países com dificuldades econômicas. Diante da influência dessa corrente, um grande número de empresas estatais em países considerados em desenvolvimento foi privatizado. A Escola de Chicago é bastante criticada, mesmo tendo grande influência, tratando-se da corrente de pensamento que prega o livre mercado (BRUNNER, 2011).

O pensamento da Escola de Chicago, emblemático, foi adaptado por lideranças de Estados, como por exemplo Augusto Pinochet no governo ditatorial no Chile na década de 1970. Essa grande relação da Escola de Chicago com o Chile ocorreu em virtude de convênio entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile, que possibilitou oportunidades a estudantes chilenos de realizarem seus estudos em Chicago. Aproximadamente 100 estudantes fizeram seus estudos de Pós-Graduação na Escola de Chicago no início do ano de 1970. Muitos desses estudantes tornaram-se professores da Universidade Católica de Santiago, estabelecendo uma espécie de filial da Escola de Chicago no Chile. Esse grupo de professores recebeu o apelido de *Chicago Boys*, ou garotos de Chicago, sendo grandes entusiastas da implementação das políticas neoliberais na América Latina (MILITÃO, 2003).

Figura 1. Linha temporal: Liberalismo e Neoliberalismo.



Fonte: Elaboração própria



### 3 NEOLIBERALISMO E LIBERALISMO: O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NEOLIBERAL CHILENO

Comparar Liberalismo com Neoliberalismo pressupor observar a participação do Estado na economia. No Liberalismo o Estado não intervém na economia; já no Neoliberalismo o Estado acerta de forma mínima sua intervenção na economia como forma de flexibilizações legais (CARDOSO, 2012).

No geral têm-se poucas diferenças entre o Liberalismo e o Neoliberalismo. Os neoliberais são favoráveis aos serviços básicos, tendo apenas mudanças pontuais na forma de gestão, ou seja, desconcentrando a participação do Estado e entregando ativos à iniciativa privada. O próprio Hayek compreendeu os argumentos para liberdade e livre mercado que devem ser renovados continuamente, pois o projeto nunca estará completo, como observado na Inglaterra e nos Estados Unidos (BOUDREAUX, 2018).

#### 3.1 NEOLIBERALISMO: ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS E EDUCAÇÃO

Entender o papel de organizações internacionais trata-se de observar um fenômeno que constitui a integração mundial entre países que estão ligados desde questões financeiras até culturais. Tais organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e a Organização das nações Unidas (ONU), que têm como objetivo manter a política de cooperação financeira global no intuito da maior integração entre as nações. No escopo dessa dinâmica emerge a questão da “compreensão econômica” dos países, seja em desenvolvimento ou desenvolvidos, pois constatam-se relações desiguais entre os países. Nesse contexto a questão da cultura é um ponto relevante principalmente tratando-se de países em desenvolvimento que sofrem impactos muito fortes de países desenvolvidos. A educação é elemento de interesse das organizações mundiais (LEHER, 1998).

Gentili (1998, p. 17) sinaliza condições incorporadas pelas propostas dos organismos internacionais neoliberais cabíveis aos sistemas de ensino de países em desenvolvimento. Os sistemas educacionais que enfrentam “[...] uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de universalização e extensão dos serviços oferecidos”. Os sistemas cresceram de forma quantitativa não garantindo um aumento qualitativo, sendo que a universalização existente “[...] É alcançada às custas de uma progressiva de deterioração da qualidade e dos índices de produtividade das instituições”. Essa visão sobre a América Latina

corresponde ao colapso da administração de políticas educacionais, que significa uma expressiva incapacidade estrutural do Estado em gerenciar políticas sociais. No entanto, compreende-se que a crise do sistema educacional da América Latina corresponde ao resultado da crise de centralidade e da burocratização próprias do Estado interventor que conduzem à ineficácia das ações.

Existe uma lógica neoliberal, disseminada no mundo por meio de organismos internacionais no contexto da Globalização, que adentra o sistema educativo de países em desenvolvimento. Esses países absorvem ações neoliberais e ideias de influência nos currículos educacionais. Ações como privatizações, terceirizações e parcerias público-privadas no sistema de ensino público em sua gestão partem dessa concepção neoliberal (MOTA JUNIOR, 2014).

Constata-se, assim, que os governos tentam de formas paliativas assumirem compromissos na educação pública, passando a ideia de que a educação deve ter um controle estatal. E nessa defesa surgem organizações internacionais com propostas para alavancar esse pensamento acentuado na educação como um todo. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ditam a constituição em defesa desses objetivos. As instituições de ensino implementam valores neoliberais com relação à meritocracia, crença de que o próprio sucesso é resultado único do esforço pessoal, emprega-se a ideia do empreendedorismo como solução para os problemas como falta de oportunidade de emprego. Os neoliberais prezam pela redução estatal, defendendo o modelo de educação neoliberal onde solução para os problemas sociais está na ação do indivíduo no intuito de mudar a sua realidade. Essa lógica encaminha a sua entrada na educação no intuito da formação, contemplando pessoas mais aptas a competir nesse ambiente no mundo capitalista (LUIZ, 2013).

Na conjuntura mundial o capitalismo na sua forma neoliberal assume aspectos que tendem a compartilhar: um aspecto de natureza concorrencial e outro estatizante. Os dois aspectos têm orientação do projeto capitalista-liberal, de educação e seleção de indivíduos na etapa inicial, concorrencial e com a preocupação central pela liberdade econômica. Ou seja, economia de mercado auto regulável baseada nas seguintes características: a livre concorrência e o fortalecimento da iniciativa privada com competitividade, eficiência e qualidade de serviços e produtos; sociedade aberta e educação para o desenvolvimento em atendimento às demandas e critérios do mercado. Soma-se à formação de elites intelectuais, baseada nas exigências de

aptidões e capacidades. A tendência estatizante corresponde à preocupação principal com o conteúdo igualitarista-social, com o objetivo de propor uma economia de mercado planejada e administrada pelo Estado; propondo políticas públicas de bem-estar social, desenvolvimento mais igualitário das aptidões e das capacidades no meio educacional e da seleção dos indivíduos baseado nos critérios mais naturais (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

O desenvolvimento desses aspectos permite perceber os paradigmas de condução desses projetos diferenciados de modernização capitalismo/liberalismo: um paradigma da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade, e o paradigma da igualdade. Com mudanças de etapas de desenvolvimento e adaptação, ambos têm caminhando e mantendo-se ideologicamente determinados a processos de modernização. Tem-se uma percepção que o paradigma da liberdade econômica, da eficiência e qualidade tem uma tendência a permanecer nos momentos mais concorrenciais da fase do capitalismo /liberalismo. Entretanto, o paradigma da igualdade encaminha-se nos momentos nos quais o capitalismo/liberalismo é mais estatizante (RISSI; SALERNO, 2018).

Partindo-se desses dois paradigmas o liberalismo tem demonstrado forças adaptativas de absolver críticas e mudar significados em cada momento e espaço do processo de desenvolvimento capitalista. Diante dessa visão de mundo onde ocorre um ordenamento que mantém a sociedade capitalista numa realidade aperfeiçoada para o bem-comum, ainda que possam parecer antagônicos esses paradigmas em alguns momentos históricos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Na construção do paradigma da liberdade econômica, eficiência e qualidade, emergem como tendências discursivas o paradigma da igualdade e o capitalismo concorrencial globalizado, com o neoliberalismo de mercado, diante do discurso do paradigma da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade. Nesse período cunha-se a expressão Neoliberalismo, com as duas tendências liberais presentes: uma como reação ao liberalismo conservador e ao positivismo assimilando teses socialistas, a outra fiel ao liberalismo de Locke e Smith, com toque de conservadorismo, autoritarismo e elitismo. É importante ressaltar que essas duas perspectivas divergem na adoção de ações políticas, econômicas, sociais e culturais, principalmente para condução hegemônica de um projeto de modernização capitalista/neoliberal (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Ganha espaço na sequência o neoliberalismo de mercado (conservador e elitista). É relevante deixar claro dois aspectos fundamentais: o neoliberalismo concebido por Hayek não significou o fim do liberalismo/social-liberalismo de Keynes e Dewey ou uma negação de todos fundamentos do liberalismo clássico, mas corresponde a uma nova e complexa rearticulação do liberalismo, imposta pela nova ordem econômica e política mundial. Note-se que o uso comum é o termo neoliberalismo em referência ao liberalismo de Keynes e Dewey ou ao neoliberalismo de Hayek e dos organismos internacionais (SANFUENTES, 1990).

No contexto globalizado o capitalismo mundial propõe nova reorganização econômica, pautada no discurso neoliberal de mercado e nas tendências de mudanças técnicas e científicas que perpetuam novas exigências, agendas, ações e discursos para o setor educacional. Assim, na década de 1980, configurou-se uma crise de um modelo societário capitalista, estatizante e democrático-igualitário. Partindo-se da observação e evidências, essa nova configuração estrutural e educacional gera um conflito entre os dois paradigmas do pensamento liberal apresentados anteriormente, principalmente referente à efetivação de uma educação de qualidade para todos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

O paradigma econômico está mais ligado ao neoliberalismo de mercado, que por sua vez tem como maiores defensores os liberais que acreditam que, sem a liberdade do mercado, uma economia auto regulável e demais liberdades não podem ser asseguradas. Para os liberais, o declínio do socialismo real, no final da década de 1980, estabelece uma vitória ao capitalismo e como resultado a supremacia da sociedade aberta regida pelas leis do mercado. A ideia geral dos pensadores dessa corrente é que a economia de mercado deve se expandir de forma generalizada. O próprio mercado seria o fundador, unificador e autorregulador da nova ordem mundial e política (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Nessa nova ordem mundial pode-se constituir novos elementos no âmbito da economia, da política e da educação. No campo político, os Estados Unidos e a Inglaterra foram espaços demarcados para o neoliberalismo de mercado. Nessa fase ocorre rejeição do liberalismo social democrata de tendência igualitária e estatizante, promotor do Estado do bem estar-social. O papel do Estado foi visto como secundário, por mais que se tenha preservado as leis de mercado com a valorização da iniciativa privada. A Inglaterra foi exemplo real da experiência neoliberal na qual privatizou todos os bens e serviços e procurou banir qualquer herança intervencionista. Na visão da ex-primeira ministra Margareth Thatcher, foi o ideal de revolução neoliberal para

produzir um capitalismo popular, de fazer o cidadão um proprietário, tal qual capitalista. Em seu governo a privatização foi ponto marcante; ficou conhecida como “Dama de Ferro”; teve bom exemplo de capitalismo popular, pois permitiu parte dos trabalhadores pudessem adquirir ações das empresas onde trabalhavam, por ocasião das privatizações (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Em relação ao Banco Mundial, sua influência na educação se deu de forma decisiva nos países em desenvolvimento. Essa intervenção teve como objetivo moldar a educação ao modelo neoliberal numa tendência global visando o controle do capital. Tudo isso por meio de reformas educacionais que se tornam grandes empreendimentos para o capital privado, que passam a comandar e ditar as diretrizes no campo educacional, impondo uma lógica empresarial e não uma política pública de educação ofertada pelo Estado (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Levando-se em conta as ações do Banco Mundial nos aspectos das políticas internacionais, como o olhar para à educação:

[...] retrata uma estrutura material ideológica globalizada tendo uma função como mediadora com objetivo de organizar e difundir a concepção de mundo, ditada pelo poder do capital, que consolidam a reprodução na conjuntura da crise estrutural (LEHER, 2009, p. 3).

Pelo entendimento do Banco Mundial, a conclusão que se chega é que o dinheiro privado é necessário. E parte de um entendimento que os quatro e cinco anos de educação é de responsabilidade do estado, mas a educação secundária e superior precisa ser paga pelos pais (CHARLOT, 2014, p.22).

O Banco mundial não tinha interesse pela educação como meio de investimento, não correspondia uma das suas atividades, mas na década de 1960, era uma atividade secundaria para o banco mundial, considerada atividade marginal e dispendiosa, segundo o vice-presidente do banco senhor Robert Gardner (CAUFIELD *apud* LEHER,1998, p.202).

Mas, com o avanço e propagação das ideias neoliberais no início dos anos 1970, o Banco Mundial passa a ter outros objetivos no campo educacional. A concepção mudou a partir do momento em que passou a dar importância aos problemas da pobreza com a educação sendo umas das prioridades do Banco.

No começo, a educação era vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), que tinha como objetivo organizar programas de apoio ao ensino, promovendo o desenvolvimento científico e a repatriação com objetivos culturais. No entanto, em 1984, essa

preocupação com a educação passa a ser função do Banco Mundial com interesse pela educação. E, diante desse contexto, a educação mundial ganha o status de estratégia de política e econômica, sob as orientações do Banco Mundial (ANDERSON, 1995).

A educação ganha uma nova configuração como meio de negócio, tendo uma relação com os países em desenvolvimentos, ressaltando os aspectos políticos e ideológicos. Partindo-se desse entendimento, compreende-se que os Bancos se beneficiam da condição de financiadores da educação desses países para aprofundar a lógica neoliberal (LEHER, 1998).

É diante desse cenário que emerge a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OCDE). Criada em 1961, trata-se de uma organização internacional para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico com sede em Paris, França. Composta por 38 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes. Os países-membros ratificaram os princípios da democracia representativa, da economia de mercado, estabelecendo uma plataforma para comparar políticas econômicas e sociais. A OCDE incorpora os chamados “países ricos”, que possuem elevados indicadores de PIB per capita e Indicadores de desenvolvimento humano. As decisões da OCDE são tomadas por um conselho interno, com reuniões com intuito de estabelecer as prioridades a serem alcançadas pelos países membros que decorrem uma vez por ano. A estrutura da organização é composta de secretariados técnicos; agências; centros de pesquisas; cerca de 30 comitês internacionais especializados em assuntos diversos, entorno de 200 órgãos e 240 instrumentos legais sendo: acordos, decisões, recomendações, declarações e entendimentos (ALVES; PALAVEZZINI, 2020).

A OCDE tem sua gestão financiada pelos próprios membros, com contribuições que variam de acordo com o potencial econômico de cada país. É comparável a um fórum internacional, que promove políticas públicas em diferentes áreas. Os fóruns promovidos trocam experiências e buscam soluções comuns entre governos, análise e comparação de dados para a compreensão dos fatores econômicos, sociais e ambientais, detalhados em um roteiro que aponta as mudanças e adequações necessárias em suas legislações e práticas futuras. O principal órgão educacional da OCDE constitui o *Education Policy Committee* (Comitê de Políticas Educacionais), criado em 2007, cujo o objetivo é de produzir indicadores para avaliar as políticas de educação, de modo a ajudar e orientar os países membros e parceiros na implantação de medidas, políticas, programas e projetos de ensino (ALVES; PALAVEZZINI, 2020).

A OCDE faz um exame do ensino superior por meio de um sistema de indicadores com intuito de avaliar, medir e monitorar a equidade, a eficácia e a eficiência, mediante um relatório *Education At a Glance OCDE indicators*. O relatório é fonte oficial de informações sobre a situação da educação no mundo, que fornece dados comparativos da estrutura, do financiamento e do desempenho do sistema educacional em países membros e parceiros. Apresenta uma análise de alguns indicadores e aponta os principais desafios do nível educacional correspondente aquele país na atualidade. A análise parte de três indicadores expressos que constaram no relatório no relatório: escolarização e mercado de trabalho; acesso da população à educação superior e recursos financeiros aplicados em educação. A OCDE no cenário da nova ordem econômica mundial avalia as políticas educacionais e as transformações societárias, emergentes desde a década de 1970, proporcionado pela acumulação flexível, mundialização e financeirização do capitalismo contemporâneo (ALVES; PALAVEZZINI, 2020).

Chesnais (2002) explica que esse processo se caracterizou a partir de cada ação diferenciada pelos Estado-Nação, num cenário que os organismos internacionais e multilaterais, como as agências financiadoras, conseguem adquirir poder de influência sobre os chamados países em desenvolvimento, em virtude da tal crise da dívida externa.

Nos países periféricos as reformas passam a ser recomendadas pelos organismos internacionais que apontam soluções para as crises, fundamentadas na redução dos gastos públicos, principalmente na área social. A preeminência do projeto neoliberal em escala global, a partir da década de 1990, concebeu retrocessos com relação aos direitos trabalhistas e aos valores inspirados nos regimes de Estado de Bem-Estar Social (direitos universais, seguridade, serviços públicos). O receituário para as políticas sociais num conjunto de prescrições e reformas do sistema de proteção social, são dirigidas para privatização, descentralização, focalização e programas sociais emergenciais. As políticas direcionadas para questões educacionais sofrem fortes avaliações de forma orientada por organismos internacionais baseados por relatórios, publicações e documentos intermédios pautado por organizações internacionais (LEHER, 1998).

A OCDE, parte de escolha dos seus indicadores como referência para a análise documental da política de ensino superior Chile, tendo como fontes documental, relatórios de pesquisa e ‘orientações’ oferecidas, tanto aos países membros como aos parceiros, diante de dados do próprio

ministério da educação do Chile. Em que a OCDE observa pontos relevantes de origem, composição, forma de funcionamento, relação com as políticas educacionais, em que passa a analisar os principais indicadores que a organização toma como parâmetro: escolarização e mercado de trabalho; acesso da população à educação superior; recursos financeiros aplicados na educação. Sendo esses indicadores pertinentes para a compreensão da política educacional no Chile (ALVES; PALAVEZZINI, 2020).

Mediante a reforma causada ao longo do processo da educação pelo modelo neoliberal o sistema educacional do Chile passar por mudança em toda sua estrutura implementa no seu contexto. O sistema educacional chileno é composto por: Educação Formal chamado de Educação Regular, Educação Flexível e Ensino Superior. O Ensino Formal corresponde a cinco níveis: Educação Infantil, Educação Especial, Educação Básica, Ensino Médio e Ensino Regular de Adultos. Tal modalidade caracteriza-se por ter uma organização descentralizada, em que a administração dos estabelecimentos é feita por pessoas, instituições públicas ou privadas chamadas de “titulares” (CARMONA; FONSECA, 2018).

O sistema é composto por estabelecimentos subsidiados pelo Estado, municípios e pessoas físicas; pessoas físicas com remuneração mesmo não subsidiadas. Por outro lado, ocorre por meio de sociedades de administração delegada que funcionam por associações empresariais ou empresas privadas. Estas administram os estabelecimentos que ministram exclusivamente o Ensino Médio Técnico-Profissional, com financiamento público via convênio (CARMONA; FONSECA, 2018).

Na Educação Infantil funciona o atendimento às crianças dos 84 dias de nascidos aos 5 anos idade, através de diversas instituições públicas e privadas. Não se trata de obrigatório, mas o registro consiste nas crianças de 4 a 5 anos de idade. Tem-se a educação básica com duração de oito anos para alunos entre 6 e 13 anos de idade. Segue-se quatro anos de Ensino Secundário entre os alunos de 14 e 17 anos que corresponde ao currículo de treinamento (CARMONA; FONSECA, 2018).

Quando se aborda os estudantes correspondentes até o segundo ano do ensino secundário são formuladas duas modalidades distintas para todos os alunos nos dois últimos anos: Humanístico-científico, e Técnico-profissional. A educação básica e média constitui a escolaridade obrigatória. Já a Educação Regular de Adultos tem como objetivo nivelar jovens



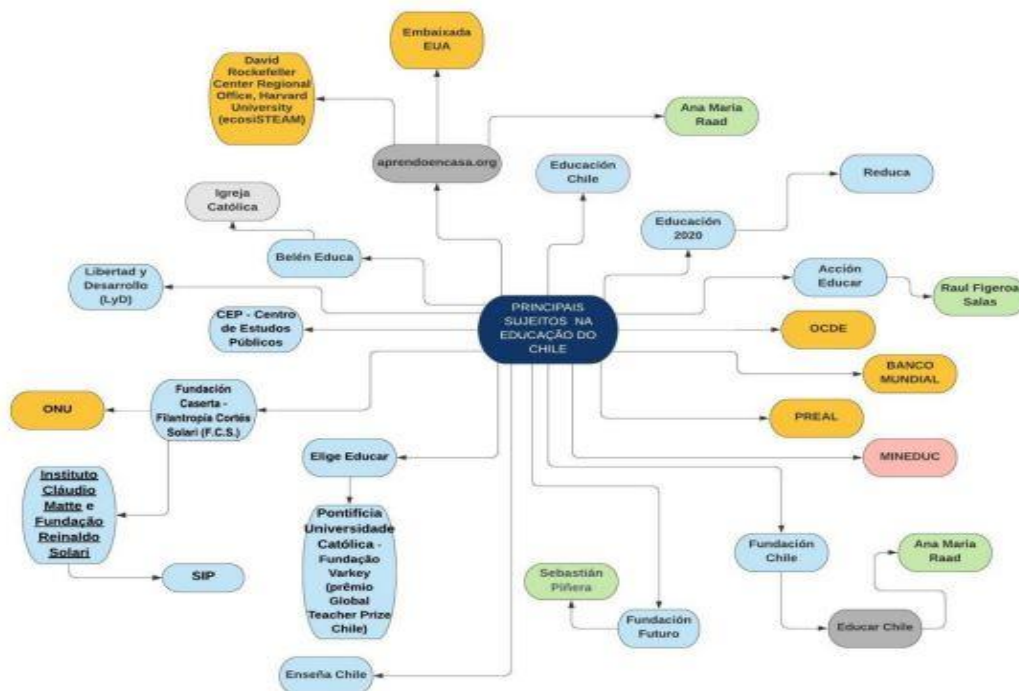
e adultos na educação básica em 3 anos; o nível médio entre 2 e 4 anos; e o nível médio técnico profissional em 3 anos para a conclusão, tendo como incluso outros projetos educativos de cuidado especializado para pessoas privadas de liberdade. O ensino superior corresponde ao nível pós-secundário, e é ministrado por três tipos de instituições: Universidades, Institutos Profissionais e Centros de Formação Técnica. As universidades são classificadas em Universidades Tradicionais, criadas antes de 1981, e que recebem apoio direto do Estado, além de contribuição privada dos alunos (BIANCHETTI, 1996).

Tendo as profissionalizantes e a tecnológicas que surgiram em virtude das reformas. As Universidades Privadas foram criadas posteriormente, com exclusividade de financiamentos pelos alunos. De forma adicional, todos os Centros de Formação e os Institutos Técnicos e Profissionais são privados. Os tipos de carreiras ministrados no Ensino Superior são: graduação de técnico em nível superior, graduação, profissional com bacharelado e profissional sem bacharelado, pós-graduação especialização, Mestrado e Doutorado (DIAZ, 1981).

A educação superior no Chile tem papel importante para o desenvolvimento do país. As universidades e outras instituições de ensino superior estão posicionadas como essenciais para o conhecimento, inovação e crescimento da economia do país. Tem um papel fundamental para construir e manter o capital humano e cultural para a transformação do Chile (ARANHA, 1996).

Pelos últimos anos 2013 a 2019 a educação chilena vem passando por grandes reformas e determinados pacotes de propostas aplicadas, principalmente no ensino superior. Em 2016, o governo chileno promoveu um pacote de reformas para encerrar os ininterruptos períodos de instabilidade pelos quais passava a educação superior no país (RISSI; SALERNO, 2017).

Figura 2: Os interesses em torno da Educação no Chile.



Fonte: Figura produzida pelas autoras para relatório da pesquisa GPRPPE/2020.

As propostas defendidas tinham cinco objetivos fundamentais: consolidação do sistema do ensino superior; garantia da qualidade do ensino superior e sustentar a confiança pública; avanço na equidade e inclusão; intensificação do ensino superior estatal; melhorar a formação. Pontua-se que toda operação de construção e atendimento educacional do país está numa lógica neoliberal de concepção econômica da atividade (RISSI; SALERNO, 2017).

### 3.2 FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO DO CHILE

Com a reforma educacional no Chile em 1981, as Instituições privadas são concebidas de maneira nova, sem direito ao financiamento do Estado, diferente de instituições privadas, anteriores à reforma que tinham função pública exercida aos estudantes chilenos. São elas: Pontificia Universidade Católica de Chile, Universidade de Concepción, Pontificia Universidade Católica de Valparaíso, Universidade Técnica Federico Santa María, Universidade Austral de Chile, Universidade del Norte (CONSEJO, 1981).

Dadas às propostas como efetivadas diante da reforma, surgiram novas categorias de universidades que classificam como instituições chamadas de universidades regionais e privadas. As universidades correspondem às sedes regionais constituídas das duas universidades estaduais: Universidade do Chile e Universidade Técnica do Estado. O completo processo dessa fase, inclui a Pontifícia Universidade católica do Chile que rompeu com suas sedes, passando a ter autonomia, constituindo-se instituição pública obtendo o financiamento estadual (DONOSO, 1990).

O papel do Estado nesse cenário é secundário, tendo algumas observações desse conjunto de universidades ao serem financiadas de forma parcial entre outras universidades privadas. A Reforma de 1981, impõe ação de passividade no caso da educação superior por parte do Estado no quesito de problemas de financiamento adicionais, tendo o Estado um papel secundário não apenas por questão ideológica e política, que está ligado a base da reforma de 1981, mas no ponto de financiamento direto (CONSEJO, 1981).

A Reforma altera todo critério e instrumentos junto ao ensino universitário em relação aos recursos financeiros. O modelo de educação superior chileno tem uma semelhança com o modelo de educação superior brasileiro, que se constitui pelo processo de avaliação nacional que no Chile chama-se a Prueba de Selección Universitaria (PSU), as notas dos estudantes avaliados são utilizadas para seleção do curso, que é escalonado por ordem de preferência a vaga desejada. A forma de financiamento da educação, parte de um modelo que tem particularidades em razão dos 45 anos desde que foi apresentado. O momento correspondeu ao período do governo ditatorial de general Augusto Pinochet (1973-1990), seguido de uma era de privatizações, sendo um fato da educação superior no Chile com imposição de pagamentos de taxas, independente de ser pública ou privada a instituição de ensino (PIRES, 2015).

O processo explica pontos da reforma chilena de 1981, atrelada à Lei nº 18.962/90, Lei Orgânica Constitucional da Educação de 1990. No entorno dessa lei tem-se um aglomerado de Decretos Lei (DFLs) em vigor a partir da década de 1980 que redefinem as políticas educacionais de acordo com as propostas do Banco Mundial (BM) nos anos seguintes (PIRES, 2015).

A Constituição foi promulgada em 21 de outubro de 1980 e começou vigorar em 11 de março de 1981 e compreendia as normas fundamentais para educação no país. É importante esclarecer que não existia uma lei específica para educação superior. Com amparo na nova Constituição

de 1980, foi promulgado o Decreto Lei nº 3. 541/1980, em que o artigo único afirmava que ao Presidente da República cabia à autoridade para reestruturar as universidades chilenas por meio de normas estatutárias e de regulamentação da estrutura orgânica. A partir de então, as reformulações na educação superior começavam ser concretizadas pelos DFLs. As reformas na educação superior foram iniciadas por uma abundância de Decretos Presidenciais Educacionais que transformavam a organização, a estrutura e o financiamento das instituições de ensino superior no Chile. São notáveis os DFLs Nº.1 a 5, 24 e 33. Salientando que o ensino superior gratuito foi abolido em 1981 durante a ditadura de Pinochet (PIRES, 2015).

No DFL Nº.1, somente as universidades eram responsáveis pela outorga de títulos acadêmicos de licenciatura, de mestrado e de doutorado. Esse decreto definiu as normas de funcionamento da universidade e de seu reconhecimento oficial através do sistema de “exame”, cuja função era verificar o funcionamento das universidades para obtenção de reconhecimento oficial das mesmas, que era supervisionado pelo Ministério da Educação do Chile. Ocorreu a abertura educacional para a área privada, por sua vez, o setor educacional foi desvinculado da responsabilidade estatal. O DFL Nº.5 regulamenta a formação de Institutos Profissionais (IPs) que também eram submetidos ao sistema de “exame”. Os IPs outorgavam títulos profissionais e técnicos e eram denominados como instituições de educação superior. Foi publicado em fevereiro de 1981. O decreto ainda estabelece a formação de Centros de Formação Técnica (CFTs) como instituição de ensino superior, de maneira que a formação técnica passou a compor a educação superior e o desenvolvimento da assistência técnica havia sido transformado em função acadêmica. Os cursos, que eram direcionados aos estudantes que concluíram a educação média, apresentavam curta duração e possuíam foco nas necessidades do mercado de trabalho. A educação superior estava voltada assim para formação de profissionais de acordo com a necessidade do mercado (PIRES, 2015).

Até 1982 a educação superior no Chile não tinha separação entre as instituições públicas e as privadas. Na época existiam oito universidades: duas estatais, três católicas e três laicas. As universidades constituídas por leis, em que as unidades educacionais tinham caráter público, sendo que Estado chileno financiava através de provisão de montantes fixos que não dependiam do número de estudantes matriculados na instituição. Entretanto o governo militar determinou normas de criação e de dissolução das universidades do setor privado, que ainda não havia sido organizado até 1982. As universidades privadas, quando foram criadas, eram referência de cursos com pouco investimento, ao mesmo tempo em que os cursos que necessitavam de muitos

investimentos operacionais eram financiados pelo Estado nas universidades públicas (DONOSO, 2002).

As outras universidades estatais como a Universidade do Chile e Universidade Técnica do Estado, foram reestruturadas na esfera institucional e na financeira a partir da publicação do DFL N°2 em dezembro de 1980. Os novos campi eram formados como universidades derivadas, eram instituições vinculadas às universidades estatais e cobravam mensalidades dos estudantes. No entanto, decorrido outros decretos DFLs, foram organizadas as criações dos IPs e dos campi regionais. Tais reformas estruturais foram exigidas pelo governo que causou redução do número de estudantes entre as unidades de educação superior e dificultou a organização de movimentos estudantis contra essas transformações. As oito universidades existentes à época foram transformadas em vinte e cinco através da separação das suas sedes, tornaram-se universidades derivadas ou IPs autônomos. Foram reconhecidos, formalmente, dois novos tipos de instituições de ensino superior: os IPs e os CFTs (PIRES, 2015).

E em dezembro de 1980, por meio do DFL N°3, os salários dos docentes e dos funcionários do administrativo das universidades foram desvinculados da remuneração do funcionalismo público e foram justapostos aos regulamentos de cada instituição, confirmando o rompimento da carreira única dos docentes nas universidades públicas e o fortalecimento das privatizações dentro das instituições de ensino superior. Além disso, as universidades privadas eram financiadas através dos pagamentos de matrícula e de mensalidades dos seus cursos pelos estudantes, já as instituições públicas começavam a cobrar mensalidades dos seus estudantes, à medida que era reduzido o financiamento público na educação superior. A educação superior chilena tornava-se dependente do financiamento privado e estava atrelada às necessidades do mercado que a financiava. As universidades públicas e privadas no Chile eram obrigadas através da legislação a se organizarem como instituições sem fins lucrativos (PIRES, 2015).

O DFL N°4 e o N°33, já no âmbito do financiamento da educação foram promulgados em 1981, quando é criado um Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FONDECYT), que constitui um programa público administrado pela Comissão Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (CONICYT). Este tinha como objetivo estimular e promover o desenvolvimento da pesquisa científica no Chile. Implanta-se, assim, a modalidade de financiamento competitivo como um critério para alocação de recursos nas áreas de conhecimento e no desenvolvimento científico e tecnológico. Os estudantes e os grupos de pesquisa

eram submetidos as propostas do FONDECYT, solicitando o financiamento aos projetos e aos programas de pesquisa no ensino superior (PIRES, 2015).

No entanto, em mais um decreto publicado, o DFL Nº.4 em janeiro de 1981, constitui-se a determinação de três mecanismos de financiamento mais importantes para as universidades: o Aporte Fiscal Direto (AFD); o Aporte Fiscal Indireto (AFI), e Crédito Fiscal Universitário. Sendo que os estudantes das universidades privadas podiam também encaminhar seus projetos ao FONDECYT para solicitar financiamento de suas pesquisas científicas (PIRES, 2015). Esse decreto como força de lei nº 4/1981, proporcionou autonomia financeira, administrativa e acadêmica às instituições de ensino superior, como também para estudantes de baixa renda (PIRES, 2015).

O AFD, com previsão orçamentária e condicionado à autorização do governo é concedido às instituições de ensino superior que integrassem ao Conselho Nacional de Reitores; outro aporte, o Aporte Fiscal Indireto (AFI), tem como a variável de cálculo as pontuações dos estudantes na Prueba de Selección Universitaria. Além do AFD e AFI, o Crédito Universitário constituía aportes estatais a fundos rotativos de crédito, com linhas de financiamento subsidiadas com bolsas, para programas de formação de docentes, e concessão de bolsas específicas, ao intuito dos programas de pesquisas (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

As Tabelas 1 e 2 ilustram a participação das Universidades chilenas nos recursos fiscais distribuídos e nos AFDs, entre os anos 1980 e 2000.

Tabela 1. Participação das universidades existentes em 1981 nos recursos fiscais distribuídos para educação superior no ano de 1980.

<b>Universidades Estatais originárias</b>	<b>%</b>
Universidades Estatais Universidade do Chile, com suas sedes	43.1
Universidade Técnica do Estado, com suas sedes	13.11
<b>Total das Universidades Estatais</b>	<b>56.21</b>
<b>Universidades Privadas</b>	
Universidade Católica do Chile	14.18
Universidade Católica de Valparaíso	4.97
Universidade Católica do Norte	6.11
Universidade de Concepción	9.75
Universidade T.F.S.M	3.97
Universidade Austral do Chile	4.81
<b>Total das Universidades Privadas</b>	<b>43.8</b>

Fonte: Canziani; Martins; Santos (2018).

O cálculo de participação das instituições no AFD, que assegurava 95% do aporte, era definido por participação das instituições no ano imediatamente anterior. Os 5% restantes eram distribuídos de forma condicionada ao progresso demonstrado no ano seguinte.

O AFI correspondia à distribuição atrelada ao resultado dos candidatos na prova acadêmica, obtendo o repasse diretamente para as universidades, que ganhavam o financiamento de forma paralela, mediante a cobrança das taxas (DANOSO, 1990).

Em 1981, ocorre a Reforma e com a Lei Orgânica Constitucional do ensino nº 18.962 e em março de 1990, tem-se um programa de desestatização, que passou determinados custos com educação superior para os estudantes e suas famílias. O financiamento estatal caiu em 41%, computada a inflação (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Tabela 2. Participação das universidades no total do AFD por instituição – 1989-2000 (ordenada por crescimento relativo).

<b>Instituição</b>	<b>1981</b>	<b>1989</b>	<b>2000</b>	<b>1989- 1981 (a)</b>	<b>2000- 1989 (a)</b>	<b>Variação relativa 1981-1989</b>	<b>Variação relativa 1989 - 2000</b>
U. de Talca	1,14%	1,52%	3,94%	0,38	2,42	33,4%	158,9%
U. de Talca Metropolitana	0,38%	0,60%	1,29%	0,22	0,70	58,4%	116,8%
U. Arturo Prat	0,44%	0,57%	0,90%	0,13	0,33	25,5%	57,7%
U. de los Lagos	0,71%	0,93%	1,40%	0,22	0,47	30,2%	50,4%
U. de Magallanes	0,59%	0,78%	1,12%	0,19	0,34	32,4%	43,0%
U. de Playa Ancha	0,54%	0,73%	0,96%	0,19	0,23	35,4%	31,6%
U. de Atacama	0,61%	0,90%	1,18%	0,29	0,28	47,2%	31,4%
U. del Bio Bío**	1,39%	1,74%	2,07%	0,35	0,33	25,6%	19,0%
U. del Norte	6,12%	4,32%	4,82%	-1,8	0,5	-29,4%	11,6%
U. De la Serena	1,53%	1,86%	2,06%	0,33	0,2	21,5%	10,6%
U. Católica de Valparaíso	4,98%	5,06%	5,15%	0,08	0,09	1,6%	1,8%
U. de la Frontera	1,85%	2,19%	2,22%	0,34	0,03	18,2%	1,6%
U. Austral de Chile	5,34%	5,54%	5,50%	0,2	-0,04	3,7%	-0,7%
P.U. Católica de Chile	14,20%	13,52%	13,18%	-0,68	-0,34	-4,8%	-2,6%
U. Téc. Federico Sta. Maria	3,99%	4,23%	4,07%	0,24	-0,16	6,1%	-3,7%
U. de Tarapacá	0,93%	3,09%	2,91%	2,16	-0,18	233,1%	-5,8%
U. de Antofagasta	2,31%	2,68%	2,51%	0,37	-0,16	16,1%	-6,2%
U. Metropolitana Cs. De La ED.	3,13%	3,39%	3,11%	0,25	-0,28	8,1%	-8,1%
U. de Santiago de Chile	8,46%	7,79%	7,14%	-0,67	-0,65	-7,9%	-8,3%
U. de Chile	28,77%	26,16%	22,60%	-2,6	-3,57	-9,0%	-13,6%
U. de Valparaíso	2,88%	3,04%	2,57%	0,16	-0,48	5,7%	-15,7%
U. de Concepción	9,72%	9,36%	7,84%	-0,35	-1,53	-3,6%	-16,3%

Fonte: Bernasconi; Rojas, *apud* Canziani; Martins; Santos, 2018.

Notas:(a) Em pontos percentuais. (\*) Em 2000, a P.U. Católica de Chile juntou-se às Universidades que vieram de em 1992.

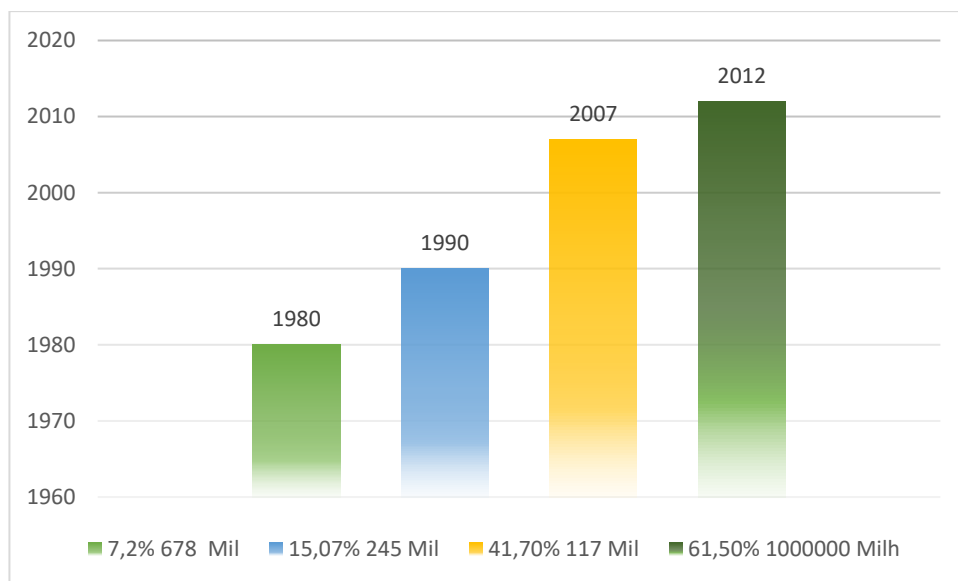
(\*\*) Em 1991, a Universidade Austral juntou-se à I.P. de Valdivia. (\*\*\*) Em 1998, a Udel Bio Bío juntou-se à I.P. de Chillán.

Em virtude desse sistema houve uma ampliação da participação privada no ensino superior chileno, mediante sistema de subvenções. Uma das maiores críticas ao sistema implantado, no entanto, é a elitização das instituições de ensino universitárias, com atração de alunos vindo das melhores escolas privadas (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Mesmo ao final do regime ditatorial no Chile e a ascensão do governo democrático, o modelo liberal implantado na educação permaneceu no financiamento da educação superior, levando-se em conta os mecanismos de concessão de bolsas de estudos e programas de crédito estudantil, paralelamente aos aportes estatais para as instituições de ensino (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Essa ampliação do número de estudantes na educação superior representou uma das marcas das reformas educacionais ocorrida no Chile. Entre 1980 a 1990, o total de matrículas era de 117.962, o que representava, aproximadamente, 7,2% dos jovens na faixa etária de 18-2 anos.

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas no ensino superior de 1980-2012.



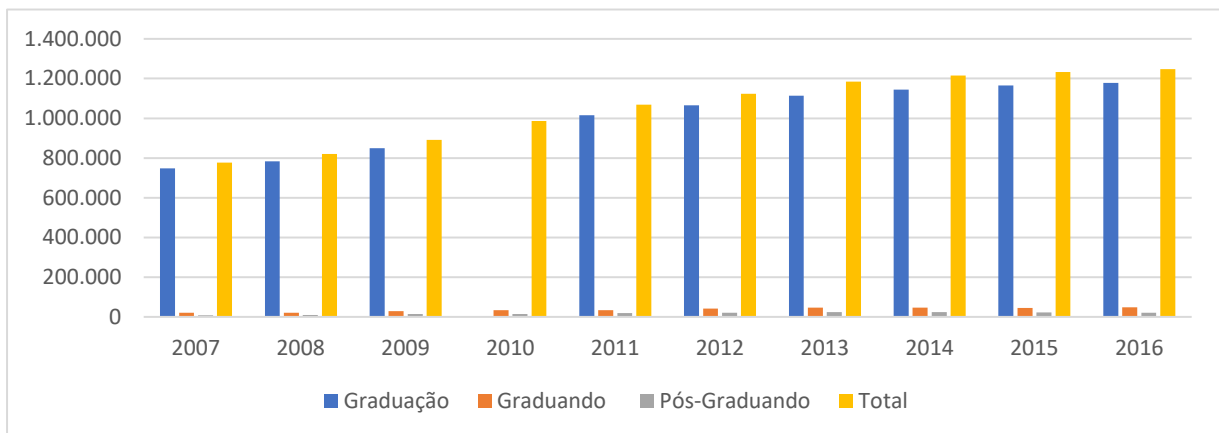
Fonte: Mineduc, 2021.

Dados do Ministério da Educação do Chile apontam um forte crescimento de 55% nas matrículas no ensino superior entre 2005 e 2011, quando o total de alunos passou de 637 mil para 989 mil, sendo 602 mil apenas nas universidades.



No período pós-ditatorial (1990-2001), a quantidade de matrículas cresceu em 109%, chegando a 521 mil alunos, número 4,5 vezes maior. Segundo o Serviço de Informação de Educação Superior Chileno, a curva de crescimento ocorria de forma ascendente, principalmente para os ingressantes em cursos de Pós-Graduação. É o que revelam os gráficos a seguir, que ilustram o crescimento do número de matrículas no ensino superior chileno no período entre 2007 e 2016, por nível de formação e por tipo de instituição (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Gráfico 2 - Crescimento de matrículas no ensino superior chileno (2007-2016), por nível de formação.



Fonte: Mineduc, 2021.

Entretanto o crescimento evidente ao longo dos anos, mantinham-se as desigualdades no acesso à educação chilena, proporcionando o ápice dos movimentos estudantis no país, tendo como destaque a Revolta dos Pinguins, ocorrida em 2006. Nesse movimento ocorreram manifestações intensas que retornaram em 2011, tendo por parte a força dos estudantes universitários, na defesa de uma das diversas bandeiras de reforma do ensino superior, com acesso universal e educação gratuita para todos. Com o intuito de reduzir as disparidades, criaram-se várias formulações de mudanças nas regras de financiamento à educação superior no Chile, e em 1991, ocorre a aprovação da Lei nº 19.083. Essa lei possibilitou o limite do serviço da dívida para créditos universitários a 5% de renda dos devedores e redução da taxa de juros para 1% ao ano. A Lei permitiu a fixação do perdão da dívida, depois de dez anos, em caso inadimplência do mutuário. Em 1994, ocorre a aprovação da Lei nº 19.287 que possibilitou novas regras para o financiamento aos estudantes, no que corresponde aos chamados Fundos Solidários de Crédito Universitário, possibilitados por recursos orçamentários e doações diversas, mesmo de professores e ex-alunos oriundos das instituições (CHILE, 2014).

Essa medida promoveu, por um lado, a transferência do domínio e da administração dos créditos universitários e a respectiva carteira de devedores do Estado para as próprias universidades, sendo que o aumento de 2% na taxa de juros sobre o financiamento passou a ser concedido ao estudante (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Em 2005 foi aprovada a lei nº 20.027. Trata-se do Crédito com Garantia Estatal (CAE), que é administrado por órgão estatal autônomo. O objetivo é o empréstimo concedido por instituição financeira, tendo o Estado na condição de garantidor. O público-alvo é estudantes chilenos ou aqueles com residência definitiva no país, que necessitem de financiamento para iniciar ou continuar curso superior em instituições creditadas que integrem o sistema do CAE. Aproximadamente noventa instituições, incluindo universidades do Conselho de Reitores, universidades privadas, institutos profissionais, centros de formação técnica e escolas-mãe das Forças Armadas constitui o sistema de educação chilena que integra esse modelo que rege em todo país.

Dando sequência às reformas, em 2009 foi editada a Lei Geral de Educação nº 20.370, que corresponde a reforma da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), que busca reconhecer princípios inclusivos da promoção dos direitos humanos dentro do sistema educacional chileno. A alteração na legislação foi motivo de grandes críticas, não mudando os fatos dentro do sistema de financiamento, mantendo o papel subsidiário do Estado na educação, subordinado ao modelo do livre mercado. Mediante a reforma, em 2015, a Lei de Inclusão Escolar nº 20.845 passou a ser implementado um passo avante na democratização do ensino e da educação de qualidade. Com essa nova implementação na legislação eliminou-se o chamado financiamento compartilhado e proibiu a prática do lucro para estabelecimentos educacionais que recebessem aportes estatais (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

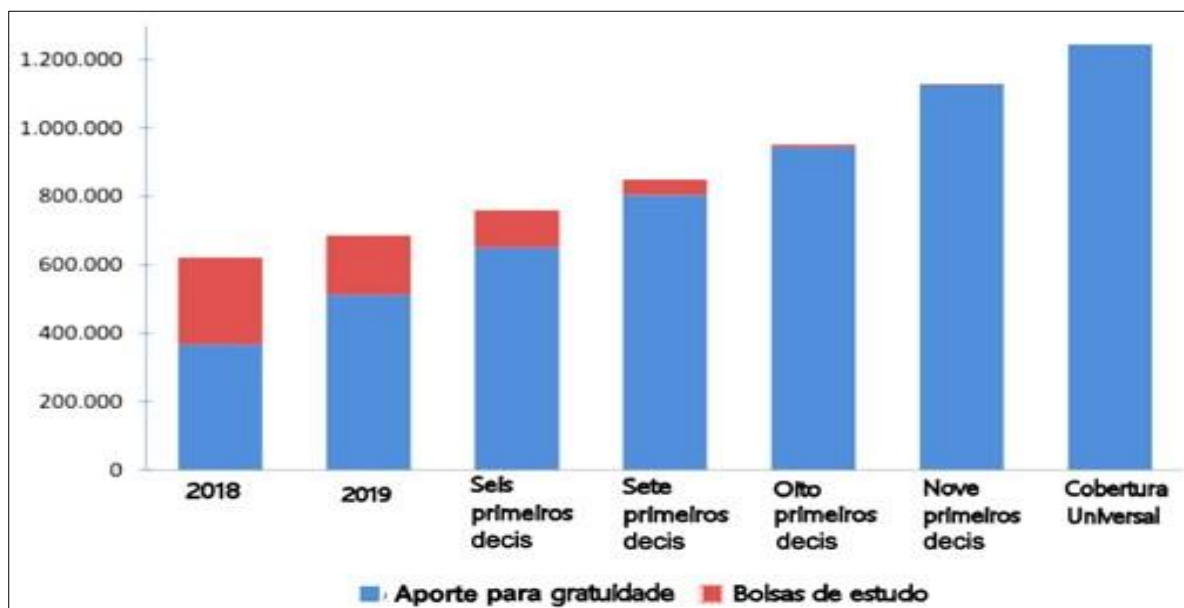
Em 2018, a legislação educacional sofre outra alteração. Revoga-se o Decreto de lei nº 4, de 1981, que especifica a fixação de normas sobre financiamento das universidades em que regula o AFI. Sendo que a Lei nº 21.072 foi aprovada em fevereiro de 2018, traz uma regra de transição que consistia em:

a) Em 2017 haveria contribuição indireta, equivalente a dois milhões de pesos, distribuídas entre as instituições de ensino superior que, em 2016, alcançaram matrículas de estudantes no primeiro ano de estudos e que pontuaram entre as primeiras 27.500 maiores pontuações no PSU (prova de seleção universitária).

b) Chegando até 2018, um valor de um milhão de pesos, correspondente as mesmas condições, sendo o gasto fiscal a ser implementado na lei a cargo da Provisão para Financiamentos Comprometidos, uma marca orçamentária chilena, prevista para o ano de 2018. A eliminação do AFI faz parte de um pacote de medidas que visam a democratização do ensino superior no Chile. Esse aporte era visto como algo discriminatório que favorecia instituições que recebiam estudantes que puderam custear um ensino de melhor qualidade e, ao mesmo tempo, era injusto com candidatos mais carentes, que, por não ter acesso à educação de boa qualidade nas escolas, não obtinham pontuação relevantes na PSU (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Seguindo as alterações legislativas, como ponto crucial por trata-se da aprovação da Lei da Reforma do Ensino Superior em janeiro de 2018. Que foi um marco regulatório muito importante para o setor, tendo como providência, a instituição de gratuidade da educação superior para estudantes carentes que corresponde como medidas de equidade ao acesso. O novo acesso ao sistema de financiamento estabelecido pela gratuidade progressiva de acordo ao crescimento do País, junto as Instituições de ensino sejam estatais e privadas sem fins lucrativos. Essa Lei, contempla a diminuição considerada no AFD, que transfere gradual os recursos para um fundo de pesquisa destinado as instituições de ensino superior que concordem com a gratuidade (CANZIANI; MARTINS; SANTOS,2018).

Gráfico 3: Proposta do governo do Chile com o financiamento público para a educação superior: alunos beneficiados pela gratuidade e bolsas de estudo.



Fonte: Mineduc, 2021.

O crescimento do financiamento público e do número de matrículas na educação superior entre os anos de 1990-2015, bem como a proposta do governo federal para financiamento e projeção da expansão do objeto da reforma. Foi um dos aspectos considerados em que a reforma ampliou as redes de instituições públicas pela relação dos aportes vinculados à gratuidade do financiamento estudantil, que teve como intuito um alcance da cobertura universal. Tendo a relevância da lei que foi aprovada pelo parlamento chileno que aprovou a proibição que pessoas naturais e instituições tenham fins lucrativos tendo posse ou controle dos centros de educação superior. (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

Tabela 3. Universidades Chilenas fundadas entre 1810-1981

Nome	Fundação	Categoria
Universidade do Chile	1842	Estatal
Pontifícia Universidade Católica de Chile	1888	Privada
Universidade de Concepción	1919	Privada
Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso	1925	Privada
Universidade Técnica Federico Santa María	1931	Privada
Universidade Técnica del Estado	1947	Estatal
Universidade Austral de Chile	1954	Privada
Universidade del Norte	1956	Privada

Fonte: Carmona; Fonseca, 2018.

Ao analisar a Tabela 3, percebe-se que, concomitantemente à repressão estatal, ocorreu no Chile um avanço significativo do setor privado no ensino superior, responsável por atender grande parte da demanda nos anos correspondentes. O percentual de matrículas no setor privado referente aos anos de 1980, 1990, 1994 aumentou de 37% para 53,6%, com o aumento em números absolutos de 327.084 (MINEDUC, 2022).

Tabela 4 - Percentual de matrículas do setor privado sobre o total de matrículas do Ensino superior de 1980-1994.

Anos	Números de matriculados	Matriculas privadas
1980	118.978	37,00%
1990	249.482	52,0%
1994	327.084	53,6%

Fonte: Mineduc, 2021.

Em 2019, o número de estudantes na Universidade do Chile corresponde a 43.779, sendo que 34.819 são estuantes de graduação e 8.960 estudantes de pós-graduação. Esses dados específicos da Universidade do Chile a torna umas das universidades públicas mais procurada

entre os chilenos. Em 2022, as universidades com mais estudantes no ensino superior no Chile são a Universidade do Chile e Pontifícia Universidade Católica.

Tabela 5 – Ingressos na Universidade do Chile, Universidade de Santiago e P. Univ. Católica (2020).

Instituições	Universidade do Chile	Universidade de Santiago do Chile	P.Univ.Católica
Pós-Graduação	9620	8.960	5257
Graduação	28697	34.819	24.446
Total	38.317	43.779	29.703

Fonte: Mineduc, 2020.

Em 2018, dados referentes ao número de ingressos nas universidades chilenas correspondiam a um total de matrículas que alcançou 1.262.771 estudantes, levando-se em consideração os níveis de graduação, pós-graduação, correspondendo a um aumento de 41,6% no período de 2009 a 2018. Em 2019, dados referentes ao contingente de universitários existente no Chile revelam que o total de matrículas no ensino superior alcança 1.268.510 estudantes, considerando-se os níveis de graduação, pós-graduação, um aumento de 28,7%, do período entre 2018-2019 (MINEDUC, 2020).

Em 2020, o sistema de ensino superior chileno tinha 90 instituições universitárias, que correspondiam a um número de 750 mil estudantes sendo que 46 instituições de fato são credenciadas, representando 94% do total de matrículas nas universidades. Esses números ao longo de dois anos 2020-2021, sofreram alterações. Em 2022 existem 169 instituições de ensino superior, sendo 44 instituições profissionais, 66 centros de formação técnica e 59 universidades e 27 membros do Conselho de Reitores das Universidades Chilenas – (CRUCH) e 34 privadas. Todo esse crescimento acelerado de instituições contempla uma lógica de mercado e interesses entorno da educação superior no país, e uma forte pressão da sociedade sobre o governo para ampliar e melhorar mais incentivos de acesso ao ensino superior no Chile (MINEDUC.CL, 2020).

A pergunta levantada como questionamento ao sistema educacional superior do Chile é: que ações o governo junto com as instituições resolverá o problema de acesso e as desigualdades no sistema educacional do país no ensino superior.

#### 4 UMA CONJUNTURA RECENTE: UM NOVO CHILE

O mês de outubro de 2019 no Chile trouxe uma nova ressignificação política para o país, que ganhou proporção e espaços férteis para novos cenários. As mobilizações populares ganharam força, surpreendendo os grupos dominantes dentro do país. Diante das desigualdades, abusos e falta de direitos, os chilenos clamam pelo “fim do neoliberalismo no Chile” (GOMES; CORTES, 2018).

Ocorre mobilização popular em torno do aumento de uma tarifa do metrô no valor de 30 pesos chilenos, que em valor comparado ao Real correspondia à aproximadamente R\$ 0,15. A origem dessa mobilização proporcionou questionamento sobre o modelo econômico que transformou o Chile em um dos principais laboratórios econômicos do neoliberalismo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2019).

Que modelo se propõe a construir os chilenos após as manifestações? Tal modelo econômico que nos anos anteriores sempre foi visto como único possível para políticas públicas e desenvolvimento do país, na tentativa de reduzir a pobreza.

As influências de organismos internacionais como FMI, BID, sistema financeiro europeu e empresas transnacionais tiveram forte impacto nas decisões internas do governo chileno. O neoliberalismo foi apresentado como algo irrecusável e o mais desejado, pois diante desse modelo ficou implantado a contradição da negação ao cidadão do poder de decisão dentro do seu próprio país. A economia de livre mercado como laboratório do neoliberalismo foi constituída para o Chile e outros países emergentes (COLLIER; SATER, 1998).

A desigualdade no Chile tornou-se uma situação insustentável que conclamou todos chilenos para uma reviravolta. A desigualdade foi presumida de forma mascarada para ser entendida como justa, partindo de um mecanismo ideológico na concepção de um discurso pautado na meritocracia, que parte de um pressuposto: “se você é pobre para ascender socialmente precisa se esforçar mais” (SILVA, 2015).

A educação para a sociedade chilena é vista como um mecanismo de mudança social, mas que está dentro do contexto da desigualdade visualizada como justa. As mobilizações promovidas

em 2006 pelos estudantes e em 2011 pelos universitários conseguiram romper com esse discurso de mérito, que não corresponde negação ao fato de existir tal situação, mas por se discutir a mercantilização da educação, apontada como a causa da crescente desigualdade no país (DÍAZ, 2004).

A retomada da educação gratuita foi uma das pautas das manifestações em 2006, que mobilizou o povo chileno a rever o ensino público do país, com a volta do ensino superior gratuito, interrompido no governo ditatorial. As manifestações tiveram impulsos nos anos seguintes, 2006, 2011, 2014 e 2018 aprovou-se uma série de reformas que culminou na histórica lei pela gratuidade. Essa lei da gratuidade foi uma das partes da reforma da educação prometida pela presidente Bachelet, na qual a implementação causa uma mudança profunda do sistema educativo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2019).

Na década de 1980, o sistema de ensino superior do Chile era semelhante ao do Brasil, com ensino gratuito como ocorre na Universidade do Chile, que contribuiu ao desenvolvimento do país no processo de formação e aprendizagem dos cidadãos. Esse quadro dá-se em conjunto às instituições privadas como é o caso da Universidade Católica de Santiago. Em 1981, com aplicação das reformas ocorre o desmembramento das antigas instituições públicas causando o surgimento de instituições independentes e a criação de novas universidades privadas que proliferam o país (NOGUEIRA, 2012).

No Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2017, foi destacado a questão da educação superior no Chile, que correspondia ao quarto ensino superior mais caro do mundo, comprometia os salários das famílias. A estimativa dos cálculos apresentados no fórum mostra que em média, 73% da renda da família estava destinada aos custos de matrículas e manutenção dos estudos, algo que estava acima dos países ditos de primeiro mundo, como é o caso dos Estados Unidos, que apresentam proporção de 53% e o Reino Unido de 42%. Isso significa que as famílias chilenas ficam sem ter como prosseguir com os pagamentos pelo ensino, conclui o estudo do Fórum Mundial (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2019).

O apoio popular foi fundamental para os protestos estudantis que clamavam a volta da gratuidade do ensino superior no Chile. Os protestos de 2006 tomam, uma proporção e se estendem pelos anos seguintes 2011, 2012, e 2015. As manifestações figuram com marchas de até meio milhão de pessoas nas ruas de Santiago reivindicando uma revisão do modelo da

política educacional, o que proporcionou a uma nova lei da gratuidade do ensino universitário. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2019).

A discussão sobre a educação fortaleceu muito a defesa pela causa da gratuidade do ensino no Chile. Contribuiu muito nesse aspecto a denúncia dos abusos das universidades com fins lucrativos. Mesmo com a Lei de Inclusão Escolar nº 20.845/2015, que proíbe os lucros nas instituições, criada no processo de redemocratização, a prática ocorria em várias instituições particulares (CANZIANI; MARTINS; SANTOS, 2018).

A proposta da gratuidade foi aprovada no governo do partido socialista Michelle Bachelet e propunha prever aumento gradual das vagas destinadas a estudantes de baixa renda em universidades públicas. O projeto tem o objetivo de atingir 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade no país. Apesar da conquista e da meta de ampliação ao acesso do ensino superior, seja em graduação e técnico, o país continuará destinando recursos às instituições privadas, pois a lei que proíbe o lucro com educação continua em vigor. O país convive com as duas possibilidades, mas a gratuidade chega para permanecer, sendo que não haverá espaço para ocorrer lucro com o ensino superior. Tem-se início e ampliação do processo correspondente a uma mudança significativa na política educacional até então de cunho neoliberal (GOMES; CORTES, 2018).

Ocorre politização acelerada por nova Constituição no Chile. A mobilização conclamou uma poderosa ruptura do modelo político e econômico vigente. O que se cogitava como algo impossível e não tolerado proporcionou grande questionamento na nação. Houve uma movimentação econômica para reprimir a caminhada a qual transformou-se numa luta fortemente politizada tendo como crítica maior a própria Constituição do país (GOMES; CORTES, 2018).

O que parecia ser um problema particular, os endividamentos e abusos de empresas privadas, passou a ser visto pelo povo chileno como problemas sociais no contexto do coletivo principalmente na esfera pública. É um momento histórico no Chile pelo fato de provocar transformações radicais, sendo as mais visíveis os processos acelerados de politização na educação. Essa nova forma de politização sai dos parâmetros comuns, que se dão na política tradicional, tendo como meio de participação os partidos, políticos ou pelo comportamento eleitoral da população. É possível transformações políticas mais claras em termos político-



eleitorais; com ligações nas políticas institucionais. Esse movimento suscitou a crítica de como a democracia do Chile foi concebida mediante profunda crise do sistema político local (GOMES; CORTES, 2018).

Note-se que os anseios por mudanças ou reformas ao modelo que predominou no Chile ainda são vistos como ameaça ao crescimento econômico do país. Diante disso o sistema político age de forma insensível às propostas que pautam mudanças expressivas ao povo chileno. As mobilizações não colocaram um fim ao neoliberalismo, apenas levantou um clamor de profundas angústias reprimidas dentro do país em torno do modelo que no país convive com a democracia, tornando-se contraditório contemporaneamente, não proporcionando soluções fáceis dentro do próprio modelo. Com as mobilizações houve a possibilidade do questionamento, não de forma superficial e abstrata, mas por parte de toda sociedade diante da realidade vivida pelo povo chileno.

#### 4.1 GOVERNOS CHILENOS E EDUCAÇÃO

##### 4.1.1 O primeiro governo Michele Bachelet

Em 2006, é eleita a primeira mulher que teria um mandato de quatro anos conquistado para o posto amais alto da República do país, Michele Bachelet; era a quarta vez consecutiva que um representante do partido de Coalizão de Partidos pela Democracia Concertación, com a coalizão de centro-esquerda, vencia aquelas eleições; e tratava-se pela segunda vez consecutiva que um filiado do Partido Socialista chegaria o ao poder. Michele Bachelet teria um histórico com muitas conquistas. Seu governo ficou marcado por reações significativas de grande repercussão pelos fatos acontecidos: a primeira manifestação estudantil que mexeria com o país; em virtude da crise econômica que jogou o mundo numa profunda e prologada recessão em 2008. As manifestações foram protagonizadas pelos estudantes secundaristas por causa do aumento da inscrição do vestibular o estopim que levou às ruas. Mas a insatisfação crescia ainda mais contra a estrutura herdada e intocada dos anos Pinochet, que privatizaram o ensino no país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Diante dessa situação, a educação passou a ter um custo elevado, motivando as manifestações que ganham força à medida em que a repressão policial aumentava, tendo o governo uma postura controversa de não querer dialogar com os manifestantes. A crise alcança seu auge,

repercutindo no mundo todo, proporcionando a queda do Ministro da Educação, Felipe Bulnes e sendo substituído por Haral Beyer, engenheiro comercial e especialista em questões de educação do Centro de Estudos Públicos. Beyer chegou ao governo dando espaço para ouvir os manifestantes. As negociações levam meses, contemplando reivindicações atendidas. Mas a imagem do governo saiu desgastada com os fatos ocorridos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

No combate à crise internacional, o governo da presidente Michele teve que utilizar um fundo de reserva obtido graças às exportações de cobre, sendo que a cotação do metal aumentaria nos primeiros anos de seu mandato. O cobre é um dos minérios mais importantes na economia do Chile, pois representa um dos pilares da atividade econômica de exportação do país.

O governo criou um pacote de estímulos fiscais e de medidas para proteger as camadas sociais mais vulneráveis. Os serviços de saúde, por exemplo, se tornaram gratuitos para cidadãos a partir dos 60 anos, assim como a cobertura previdenciária. Na questão trabalhista, o governo manteve um plano de correção salarial, que estivesse sempre acima da inflação. Com recursos, o governo também pode enfrentar a destruição provocada pelo terremoto de fevereiro de 2010, que causou a morte de mais de quinhentas pessoas e chegou a destruir cidades inteiras na costa central do país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

No início de seu governo Michele Bachelet, obteve grande popularidade, que foi diminuindo diante da inabilidade para lidar com protestos e reivindicações, como a dos estudantes, principalmente. Mesmo diante dos eventos ocorridos, sua avaliação voltaria a crescer, quando enfrentou prontamente os efeitos da crise econômica mundial. Tornou-se a governante mais bem avaliada desde a redemocratização do país. Mesmo assim, não conseguiu eleger seu sucessor. A oposição lança a candidatura do empresário Sebastien Piñera, sócio da companhia de aviação Lan Chile. Para enfrentá-lo, a coalizão de Partidos pela Democracia convocou o ex-presidente Eduardo Frei. Piñera vence no segundo turno, em janeiro de 2010, com 51,6% dos votos. A direita Chilena reconquistava a presidência depois de vinte anos de governo de centro-esquerda (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

#### 4.1.2 O governo Sebastien Piñera

A posse do presidente Sebastien Piñera foi no dia 11 de março, quando a presidente Michele Bachelet transferia o cargo para o presidente eleito no Congresso Nacional. No seu governo ele negociou a questão da fronteira marítima com o Peru; enfrentou uma greve dos índios *Mapuches*; encarou um espetáculo midiático que se transformou no resgate de trabalhadores presos em uma mina que havia desabado; e teve que lidar com grandes protestos no sul do país; além do aumento do preço do gás natural com elevação da inflação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Já em 2011, no segundo ano de seu governo, as mobilizações estudantis pelo ensino universitário gratuito pararam o país, o que foi decisivo para Piñera. Os resultados das privatizações no governo Pinochet que extinguiram o ensino público gratuito universitário fizeram jovens de uma geração viver uma fase que correspondeu ao modelo neoliberal, até que os apelos dos movimentos estudantis colocaram o tema em pauta nacional. As mobilizações tiveram amplo apoio da população, especialmente da classe média, que está endividada com o pagamento da graduação dos seus filhos, não conseguindo mais honrar os pagamentos. Nota-se que em nenhum momento o governo teve a sensatez de responder às pautas das reivindicações estudantis. Isso causou baixa na popularidade do presidente, traduzindo-se na pior avaliação entre os presidentes eleitos após a Era Pinochet (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

#### 4.1.3 O segundo governo Michele Bachelet

Diante do contexto vivenciado no Chile, o nome de Michele Bachelet surgiu como aposta segura para o retorno da coalizão de Partidos pela Democracia ao poder. Designada como candidata, ela propôs um plano de arrecadação de recursos para bancar a volta da gratuidade às universidades públicas. Os recursos viriam de um projeto de reforma tributária. A candidata se compromete a realizar reforma eleitoral para corrigir as distorções do sistema herdado da Era Pinochet (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

À frente da *Nueva Mayoría*, uma coalizão de centro-esquerda e esquerda ainda mais ampla que a Concertación, Michele Bachelet é eleita com 62% dos votos em novembro de 2013, vencendo a candidata da situação, Evelyn Matthey, ex-ministra do Trabalho de Piñera. Nessa eleição

primeira vez no país, o voto não foi obrigatório e apenas 30% do eleitorado chileno compareceu às urnas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Sendo eleita e com apoio no parlamento, Michele Bachelet conseguiu aprovar seu projeto de reforma tributária qual elevou os impostos do empresariado. Como reação ao projeto, o ritmo de crescimento econômico do país diminuiu, causando uma queda no PIB chileno de 4% para 1,7% em 2019. A presidente encaminha ao Congresso o projeto de restabelecimento da gratuidade das universidades públicas, que foi uma das suas principais promessas de campanha. O legislativo também aprovou a iniciativa do governo pela reforma eleitoral, que colocaria fim as distorções representativas do sistema binominal em vigor desde 1989, tratava-se de um sistema que tinha como mecanismo adotado para dar cabo a imposição da *doblage* (duplicagem), como critério para que uma mesma coligação pudesse eleger os dois representantes de um mesmo distrito. Esse mecanismo da *doblage* impões que, para assumir as duas cadeiras de um mesmo distrito, tal coligação em disputa tinha de obter no mínimo o dobro de votos da segunda coligação mais votada, entretanto não bastando que seus dois candidatos fosse os dois mais votados. A situação era, se os candidatos x1 e x2 de uma coligação A obtivessem 33% e 32% dos votos, e os candidatos y1 e y2 de uma coligação B recebessem 18% e 17% respectivamente, ficaram como candidatos eleitos os x1 e y1 – mesmo sendo os dois candidatos da coligação A muito mais bem votados que ambos os candidatos da coligação B. Foi um método fundamentado e imposto pelo próprio Pinochet após a derrota o plebiscito de 1988 (BOREL, 2019).

As eleições parlamentares de 2017 foram as primeiras realizadas nas novas regras. O Congresso votaria a reforma trabalhista que, entre os avanços, impede a substituição de trabalhadores em caso de greve e fortalece a negociação coletiva. Outro ato presidencial foi a anulação da Lei de Anistia decretada por Augusto Pinochet (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

#### **4.1.4 O governo Gabriel Boric**

O atual presidente do Chile (2022), Gabriel Boric Font nasceu na cidade de Punta Arenas em 11 de fevereiro de 1986, filho de María Soledad Font Aguilera e Luis Javier Boric Scarpa, uma família origem croata por parte de pai e catalã por parte de mãe. Seus estudos foram na *The British School* em Punta Arena. Onde realizou um intercâmbio na França, quando tinha 15 anos. Iniciou a Faculdade de Direito da Universidade do Chile em 2004. Seu nível acadêmico

colocou como assistente em várias cadeiras, como Direito Internacional dos Direitos Humanos, História Institucional do Chile e Teoria da Justiça. Concluiu os estudos em direito em 2009, mas a vida política o chamava a anos. Como estudante, alavancou à refundação da Federação de Estudantes Secundários de Punta Arenas, nos anos de 1999 e 2000. Eleito como Conselheiro da Federação Estudantil da Universidade do Chile (FECh), sendo representante da Faculdade de Direito em 2008, no ano seguinte conseguiu presidir o Centro de Estudantes de Direito (CED). Foi Senador Universitário durante os anos de 2010 e 2011 (LATINOAMÉRICA21).

No final de 2011, diante de um ano de maior mobilização estudantil desde o retorno à Democracia, Gabriel Boric venceu a Federação de Estudantes da Universidade do Chile. Em 2013, assume o cargo para iniciar carreira como Deputado, lançando candidatura para o 28º Distrito que corresponde aos distritos de (Antártica, Cabo de Hornos, Laguna Blanca, Natales, Porvenir, Primavera, Punta Arenas, Río Verde, San Gregorio, Timaukel e Torres del Paine). E eleito com maioria do distrito, mesmo sem ter formado uma coligação política tradicional que o apoiasse (LATINOAMÉRICA21).

No seu primeiro mandato, início dos anos de 2014 e 2018, apresentou Projeto de Lei para redução do subsídio parlamentar. Foi membro das Comissões Permanentes de Direitos Humanos e Povos Originários; Zonas Extremas e Antártica Chilena; e Trabalho e Previdência Social. Em 2016, criou a Frente Ampla, com apoiadores, quando lança sua candidatura presidencial da Constituinte Convencional. Obteve nessa eleição visibilidade política chegando com força política no país com a terceira colocação na disputa presidencial. Em poucos meses de formação, conquistou sua própria reeleição como deputado (LATINOAMÉRICA21).

Transcorridos semanas de manifestações generalizadas de descontentamento do povo chileno devido a uma série de ações e desgosto de políticos e empresários, Gabriel Boric decide assinar o "Acordo para a Paz Social e uma Nova Constituição", dando origem ao processo constituinte pelo qual o Chile estava passando e que permitiria pela primeira vez na história ter uma Carta Magna democrática e paritária. No dia 17 de março de 2021, Gabriel Borc teve sua candidatura proclamada pelo seu partido político, Convergência Social, tendo apoio do partido Revolução Democrática, começando assim a coleta de assinaturas que terminaria em 17 de maio, registrando oficialmente a corrida ao Palácio Presidencial Chileno La Moneda (LATINOAMÉRICA21).

As eleições presidenciais vão para o segundo turno, já que no primeiro turno, Gabriel Boric obteve 25,83%. Inicia-se o diálogo com o partido Cidadania, reativando a campanha para o segundo turno com mais força, conscientizando os eleitores que não se tratava apenas de um cargo para Presidente do país, que tinha algo muito maior; um novo contexto para o povo chileno. Em dezembro, Gabriel Boric consagra-se Presidente do país conquistando a vitória nas urnas no segundo turno, com ampla vantagem sobre seu adversário político, tendo 55,8% do total de votos, consagrando-se o Presidente mais votado, com maior comparecimento de eleitores e o mais jovem em toda a história da República do Chile (LATINOAMÉRICA21).

## 4.2 UM NOVO MODELO PARA A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO CHILE

Constitui-se tentativa de uma educação inclusiva e de futuro a reconstrução do ensino superior público, gratuito, de qualidade e que atenda às necessidades do povo chileno. Tem-se como objetivo garantir o direito à educação e a reapropriação da sociedade na produção e reprodução do conhecimento. Busca-se superar as lógicas de mercado que se enraizaram profundamente na estrutura do país, além de reparar as vítimas do modelo neoliberal no país (BORIC, 2021).

As propostas para reconstrução dessa educação superior congregam seis eixos principais:

1. A consolidação do perdão universal das dívidas estudantis, juntamente com a redução do endividamento. Busca-se reduzir a mercantilização e privatização do ensino superior, tratando-se de tema ainda muito sensível aos estudantes devedores e para o Estado;
2. Anulação universal das dívidas com o serviço de educação por meio de uma proposta de pagamento a longo prazo por parte do Estado, possibilitando a gratuidade, na qual instituições financeiras tenham condições de suportar o endividamento dos estudantes, e não os próprios ou familiares;
3. Fim do Crédito de Garantia do Estado - (CAE), um dispositivo de inspiração neoliberal, e um dos motivos das manifestações no Chile. Com o termino do CAE, tem-se novo sistema único de dotações, a princípio transitório, para atender à gratuidade universal. Sendo de forma pública, solidaria, sem interesse, incentivo, sem participação dos bancos não permitindo os abusos do sistema do CAE;
4. Essa reconstrução e expansão do ensino público de qualidade passa pelo aumento de financiamento básico às instituições estatais tendo a expansão e implementação de matrículas pelo crescimento sustentado para os anos seguintes. Objetiva-se que a médio prazo a maioria dos estudantes tenham acesso ao ensino público;
5. Proporcionar essa expansão especial parte do foco da descentralização do ensino e gênero, que priorizará as instituições regionais e às mulheres em áreas altamente masculinizadas;
6. Fortalecer as instalações dos Centros de Formação Técnica CFT estatais, para sua consolidação. (BORIC, 2021).

A política de gratuidade demanda revisão e melhora, em termos de regulação, cobertura e requisitos institucionais, incluindo outras políticas de financiamento do ensino superior. Busca-

se reforçar os recursos de base das instituições públicas; com foco na descentralização no sistema técnico profissional. Os instrumentos de apoio à subsistência dos estudantes são igualmente reforçados (BORIC, 2021).

Essa nova política de acesso e permanência proposta tem como objetivo a melhoria e equidade no acesso do ensino superior e procura sanar as grandes lacunas socioeconômica que existem no contexto chileno, com intuito de promover um programa de quotas ligado a recuperação e expansão da educação pública, com políticas afirmativas que favoreçam o ingresso e a permanência de estudantes no ensino superior.

O diálogo passa pela reconstrução da qualidade do ensino superior com estudos e desenvolvimentos de novos critérios e instrumentos de admissão, revisando os instrumentos de acesso existentes para cumprir o apoio a diferentes trajetórias na educação, que permita um diagnóstico das instituições e avanço para um trabalho sério de melhoria progressiva. Faz-se uso das atribuições da Subsecretaria de Educação Superior, respeitando-se a autonomia das instituições. A política de gênero nas instituições de ensino superior é fortalecida de forma integrada, garantindo-se a participação democrática de todos estudantes. Desenvolve-se estratégia plurinacional de ensino superior que se ajuste ao novo quadro da realidade chilena assegurado pela Constituição do país, sendo coerente ao novo modelo de desenvolvimento integral e democrático. Tem-se uma nova investigação de financiamento no Chile com intuito de promover o desenvolvimento em instituições e proteger as condições de trabalho e dos trabalhadores do conhecimento (BORIC, 2021).

A Educação técnico-profissional tem papel para o desenvolvimento humano sustentável, ao focar nas trajetórias dos estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, acompanhando a reconstrução do tecido social e produtivo. Aprofundam-se as estruturas democráticas com a participação dos estudantes, docentes, trabalhadores e as instituições de educação e empregadores. Os estabelecimentos e centros de formação técnica são parte dos parques tecnológicos, criando-se grupos de inovação nas regiões que respondam às necessidades locais. Transforma-se a educação média técnico-profissional, moderniza-se o currículo com a consulta as comunidades educativas e o mundo do trabalho. São questões que emergem simultaneamente ao fim do lucro na educação superior técnico-profissional. Soma-se ao apoio às universidades, CFT e IP na criação de mecanismos para a prevenção e mitigação do impacto nas comunidades educacionais, além



da supervisão e acompanhamento da correta implementação dessas iniciativas. Aos estudantes todo apoio de forma gratuita (BORIC,2021).

Resta saber se diante dessas mudanças, conseguira contrapor a lógica da força do livre mercado, que não deixa de influenciar dentro do processo de decisões do governo, não eliminando as pautas que serão exigidas, que são essências para determinar as regras do jogo no qual o modelo neoliberal influenciou na educação superior no país. Uma influência que gerou grandes transformações no contexto da educação; que entorno de quarenta e nove anos tem causando um processo de desigualdade nítido e inquestionável, que leva uma reflexão do porquê? Esse modelo prevalece no modelo econômico de política do país ditando ações na educação em especial no ensino superior. Como todo sistema.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do sistema de ensino superior no Chile tem detalhes profundos em seu contexto histórico, principalmente com relação à influência de organizações internacionais. Fez-se neste trabalho uma análise e apresentações de reformas reativas do sistema educacional para o desenvolvimento do Chile, além de investigar a participação dessas organizações que são orientadas pelo modelo neoliberal.

Pode-se dizer que, de modo mais moderado e associado às demandas sociais, o neoliberalismo manteve suas bases intactas, negociando ora aqui, ora ali, tais demandas represadas. Com a educação isso é bem claro. A ampliação dos recursos da educação básica e o alargamento do acesso ao Ensino Superior, por exemplo, foram algumas dessas políticas marcadas pelo hibridismo das parcerias público-privadas, enraizadas de mecanismos gerenciais e princípios empresariais com o objetivo de preservar os interesses hegemônicos do capital, na reserva e qualificação da força de trabalho.

Ocorrem críticas ao teor neoliberal na política educacional e na mercantilização da educação, que vem sofrendo deformação em vários aspectos: nos objetivos, padrões de qualidade, motivações e padrões de liberdade. A ideologia que envolve o neoliberalismo ligada ao capital visa neutralizar potenciais resistências à expansão global corporativa. O efeito do capital na área da educação ameaça sobrepor um importante espaço para sua contestação.

Com aprovação pelo Congresso do Chile da Lei que garante a universalização e gratuidade do ensino superior ao estudante chileno, a presidente Michele Bachelet devolveu a responsabilidade do ensino superior ao Estado, uma das promessas desde do início do seu segundo mandato (2014-2018). Essa lei representa a Lei das Universidades Estatais, que no olhar mais crítico passa a representar um confronto à lógica internacional da privatização da educação, imposta pelos organismos internacionais na América Latina. A lei também representa rompimento com as práticas executadas na ditadura Pinochet.

A Educação de ensino superior tornou-se gratuita e universalizada no país, um passo importante dentre outras reformas. O antigo modelo correlaciona-se com uma grande expansão de ensino superior, desonerando o Estado, mas com altos custos para as famílias e os estudantes. Os conhecidos protestos que tomaram conta do país, motivaram reformas em torno do ensino

superior chileno. Note-se que um sistema de ensino não é algo simplório, mas imprescindível por abordar uma discussão pautada em modelos que contemplem a qualidade e seus mecanismos de acesso.

Entretanto, resta saber se os estudantes e trabalhadores da educação superior no Chile conseguirão levar adiante e manter essa conquista. Questiona-se, os futuros presidentes sustentarão essa nova política, uma vez que contaria interesses de Organizações Internacionais como Banco Mundial, FMI, da OCDE e do mercado da educação internacional.

O resultado em torno desse trabalho foi analisar as influências que o modelo neoliberal causou dentro da educação superior do Chile, com diversas propostas e ações utilizando até como meio para implementar os DFLs, principalmente no regime militar. O que pode ser observado foi a existente uma força de interesse de organizações internacionais que utiliza como força mecanismos da lógica neoliberal para integrar todo o sistema como um todo

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Jolinda Moraes; PALAVEZZINI, Juliana. Indicadores da OCDE e suas implicações para a política de educação superior no Brasil. **Argum.**, Vitória, v. 12, n. 3, p. 256-269, set./dez. 2020.  
Disponível em: <file:///D:/monografica%20de%20economia/Artigo%20OCDE.pdf>  
Acesso em: 03 jan. 2021.
- ANDERSON, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, E; GENTILI, P. (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.  
Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ARANHA, M. L. A. **História da educação**. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1996.
- AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. São Paulo: Editora Antunes Associados, 1997. v. 56.  
Disponível em: <file:///C:/Users/ERICA/Downloads/1432-Texto%20do%20Artigo-3770-1-10-20140130.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- BATISTA, P. N. (2001) **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Consulta Popular. Disponível em:  
<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em:  
<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1789/1/NeoliberalPolíticasEduccionais.pdf>.  
Acesso em: 09 mar. 2018.
- BOREL, Marcelo. Ascensão e queda do sistema binominal Chileno. **Polis, Revista Latino-americana**, n. 54, p. 91-102, 2019.  
Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v18n54/0718-6568-polis-18-54-00144.pdf>.  
Acesso em: 03 mar. 2021.
- BORIC, Gabriel. **Proposta do Programa de Educação do presidente do Chile**.  
Disponível em: <https://boricpresidente.cl/propuestas/propuesta-educacion/>.  
Acesso em: 03 ago. 2021.
- BORGES, Katia Fernanda de Oliveira; MONTEIRO, Renata Karolyne; RISSI, Lorena Mariane Santos; SALERNO, Soraia Kfourri. **A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para América Latina**. Disponível em:  
[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25082\\_12183.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25082_12183.pdf). Acesso em: 05 set. 2018.

BOUDREAUX, Donald J. **Menos estado e mais liberdade**: o essencial do pensamento de F.A. Hayer. Tradução Leonardo Castilhone. Barueri: Fora Editorial, 2017.

BRUNNER, José Joaquín. **Educación superior en Iberoamérica 2011**. Disponível em: [https://flasco.org.br/files/2015/09/Informe\\_Educaci%C3%B3n-Superior-en-Iberoam%C3%A9rica-2011.pdf](https://flasco.org.br/files/2015/09/Informe_Educaci%C3%B3n-Superior-en-Iberoam%C3%A9rica-2011.pdf). Acesso em: 09 mar. 2020.

BRUNNER, José J.; ELACQUA, Gregory (2003). **Capital humano en Chile**. Santiago do Chile: Universidad Adolfo Ibáñez, 2000  
Disponível em: [http://www.manuellosses.cl/VU/capital\\_humano\\_en\\_chile\\_j.brunner.pdf](http://www.manuellosses.cl/VU/capital_humano_en_chile_j.brunner.pdf). Acesso em: 09 mar. 2018.

CARDOSO, Zelina. **Políticas e reformas educacionais no contexto neoliberal**. Disponível em: <file:///C:/Users/Erica/Documents/Downloads/333-Texto%20do%20artigo-2865-2-10-20120426.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

CARMONA, David Arenas; FONSECA, Janete Rosa da. A educação superior no Chile em duas de suas principais dimensões: os mecanismos de ingresso e o seu particular sistema de avaliação da qualidade. **Revista Humanidades e Inovação**, v.5, n. 8. 2018.  
Disponível em: <file:///C:/Users/ERICA/Downloads/910-Texto%20do%20artigo-3535-1-10-20181123.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CANZIANI, Alex; MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende; SANTOS, Aldenise Ferreira dos. **Financiamento da educação superior no Brasil**: impasses e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série estudos estratégicos, n. 11, e-book).

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014. [livro eletrônico].

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizando: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade Campinas**, v. 11, n. 1 - 18, p. 1-44, jun. 2002.  
Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>. Acesso em: 03 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHILE: Ley nº 21.091/2017. Sobre Educación Superior, v. 1, p. 01-64, 01/08/2018.  
Disponível em: [www.siteal.iiiep.unesco.org/pt/bdnp/950/ley-210912018-educacion-superior](http://www.siteal.iiiep.unesco.org/pt/bdnp/950/ley-210912018-educacion-superior). Acesso em: 03 set. 2020.

COLLIER, Simon; SATER, William F. **História de Chile**: 1808-1994. [S.l.]: [S.n.], 1998.

CONSEJO de Rectores (1981). **Nueva legislación universitaria chilena**. Santiago do Chile, Consejo de Rectores, 1981.

CONSEJO Superior de Educación (2003). **Índices**: información sobre el sistema de educación superior chileno. Santiago do Chile: Consejo Superior de Educación, 2003.

COUTINHO, Mauricio Chalfin. **Lições de economia clássica**. Campinas, SP: [S.n.], 1990.

DENIS, Henri. **História do pensamento econômico**. [S.l.]: [S.n.], 1990.

DÍAZ, Sebastián Donoso. **A reforma neoliberal da educação superior no Chile de 1981**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a04v2057.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

DIÁRIO DE NOTICIA. **Revolta no Chile**: não são 30 pesos, são 30 anos. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/revolta-no-chile-nao-sao-30-pesos-sao-30-anos-11438712.html>. Acesso em: 26 out. 2019.

DONOSO D., Sebastián. La reforma educacional y El sistema de seleccion de alumnos a las universidades: impactos y cambios demandados. **Estudios pedagógicos**, Universidad Austral de Chile Valdivia, Chile, n. 24, p. 7-30, 1998. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/1735/173513846001.pdf> Acessado em 09 mar. 2018.

DONOSO, Sebastião Dias. Financiamento e gestão da educação pública chilena na década de 1990. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.127, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000100007>. Acesso em: 09 mar.2018.

DONOSO, Sebastián; SCHMAL, Rodolfo. (2002). Elementos para definir una política de financiamiento de la educación pública. **Pensamento Educativo**, v. 31, n. 256282. Disponível em: <http://www.revistahistoria.uc.cl/index.php/pel/article/view/26475>. Acesso em: 09 mar. 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade com ajuda de Rose D. Friedman**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro; CORTES, Alexis. **O outubro chileno**: o neoliberalismo nasce e morre no Chile? Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/12/18/o-outubro-chileno-o-neoliberalismo-nasce-e-morre-no-chile>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GORGULHO, Guilherme. Reforma do ensino superior chileno entra em pauta para especialista, criou-se consenso político de que esquema de bolsas e créditos estudantis deve ser reformulado. **Revista Ensino Superior Unicamp**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 16-21, abr. 2012.

HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. IV, p. 125-194.

LABARCA, Amanda. (1939). **História de la educación en Chile**. Santiago do Chile: Editorial Universitária, 2000.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/000974861>. Acesso em: 13 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Um novo senhor da educação? a política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista outubro**, São Paulo, n. 03, 1999.

Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. Liberalismo e Educação em Debate, (org.) Campinas, SP: Autores associados, Histedbr, 2007, coleção educação contemporânea.

LUIZ, Luciano Henrique de. **Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Uberlândia, MG, 2013.

Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13930/1/Luciano%20Henrique.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MILITÃO, S. C. N. O ideário neoliberal e as políticas educacionais para a América Latina. 2003. Tese (Mestrado) - UNESP, Campos de Marília, São Paulo.

Disponível em:

[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/AR0W0RgmeTtOL8y\\_2013-6-28-12-4-23.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/AR0W0RgmeTtOL8y_2013-6-28-12-4-23.pdf). Acesso em: 09 mar. 2018.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. **Liberalismo e neoliberalismo**: uma introdução comparativa. Campinas: IFCH-Unicamp, 1997. n. 73.

Disponível em: [https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/lib\\_neolib\\_compara.pdf](https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/lib_neolib_compara.pdf). Acesso em: 09 mar. 2018.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317232121010.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; WILHELM, Vandiana Borba. As reformas neoliberais e suas influências na política de educação especial do Brasil e da Venezuela: explicitando resultados e mudanças a partir dos governos de Lula e Chávez.

**Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p.251-266 set.2012.

Disponível em: [file:///C:/Users/ERICA/Downloads/lcoutinho,+art16\\_47.pdf](file:///C:/Users/ERICA/Downloads/lcoutinho,+art16_47.pdf). Acesso em: 09 mar. 2018.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, v. 1, n. 3, out./nov. 2015.

Disponível em: <file:///C:/Users/ERICA/Downloads/59931-Texto%20do%20artigo-245950-1-10-20151109.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021

PORTELLA FILHO, P. **O ajustamento na América Latina**: crítica ao modelo de Washington. São Paulo: Lua Nova, 1994. p. 101-132, n.32.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XWq9bmGTrn69ZtbkQy39zCm/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar.2018.

RISSI, Lorena Mariane; SALERNO, Soraia Kfourri. **A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para América Latina**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/64761757-A-educacao-chilena-sob-a-logica-de-mercado-vista-como-vitrine-para-america-latina.html>. Acesso em: 29 set. 2018

SANFUENTES, Andrés (1990). **Políticas económicas para la universidad**. Santiago do Chile: Programa de Postgrado en Economía – Ilades, Georgetown University.

SEPULVEDA, Alfredo. **Breve história de Chile**. [S.l.]: [S.n.], 2011.

SILVA, Graciella Fabricio da. A lei de educação superior e os desafios da educação no Chile pós-Pinochet. **História da Ditadura**, Chile, v. 1, p. 01, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/a-lei-de-educacao-superior-e-os-desafios-da-educacao-no-chile-pos-pinochet>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SINDEAUX, Rebeca Baia; BEZERRA, Francisco Wellery Gomes; LOUREIRO, Maria Dulcinea Silva. As Políticas Educacionais e a Interface Neoliberal: A educação como um “Tesouro a descobrir”. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v.12, n. 41, p. 859-871, 2018 - Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Disponível em: [file:///C:/Users/ERICA/Downloads/1266-4559-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ERICA/Downloads/1266-4559-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 09 mar.2018.

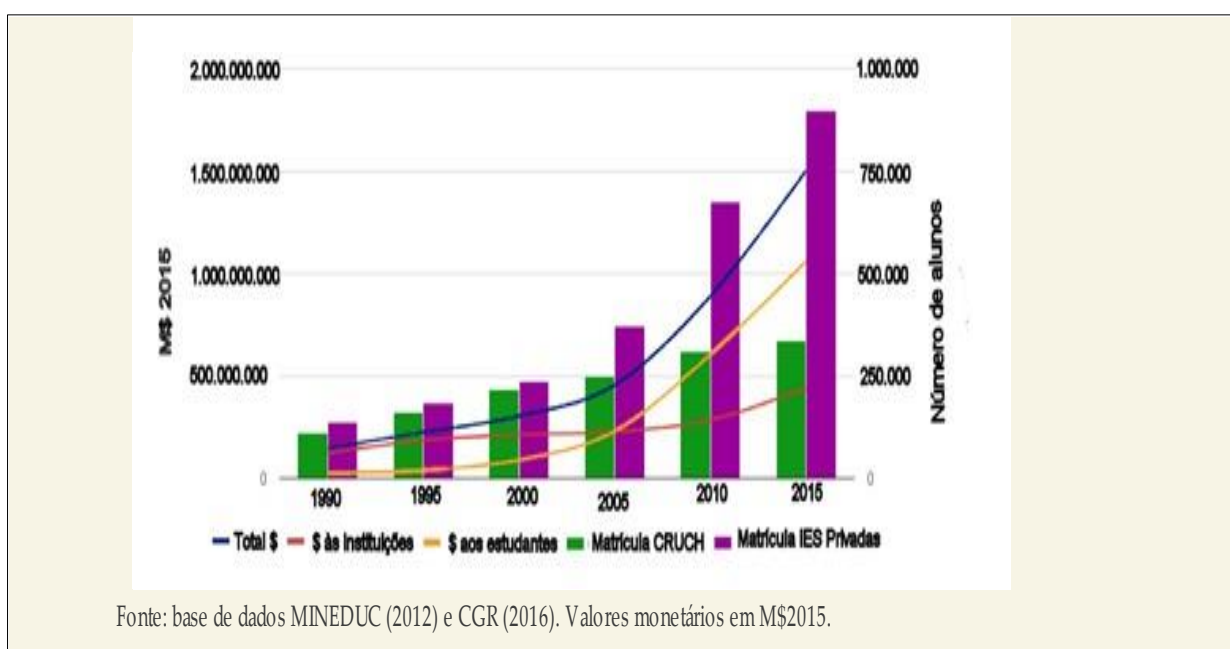
SOTO, Jesus de Huerta. **A escola austríaca e criatividade empresarial**. São Paulo (SP): Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

VIEIRA, F. S.; SANTOS, I. S.; OCKÉ-REIS, C.; RODRIGUES, P. H. A. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, CEBES, 2018. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Publicacao-A7a-CC-83o-Austeridade\\_rev19\\_07\\_18.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Publicacao-A7a-CC-83o-Austeridade_rev19_07_18.pdf). Acesso em: 27 set.2018.



## APÊNDICE

**APÊNDICE A** - Com o crescimento do financiamento público e do número de matrículas na educação superior entre os anos de 1990-2015



Fonte: Mineduc.CL, 2012.

**APÊNDICE B - Matrícula total de 2021 por tipo de instituição e sexo**

---

<b>Tipo de instituição</b>	<b>Matrícula mulheres</b>	<b>Matrícula Homens</b>	<b>Matrícula Total</b>
Centros de Formação Técnica	77.793	56.717	134.510
Institutos Profissionalizados	193.712	186.126	379.838
Universidades	429.685	350.706	780.391
<b>Total general</b>	<b>701.190</b>	<b>593.549</b>	<b>1.294.739</b>

---

Fonte: Mineduc.CL, 2021.

**APÊNCIDE C - Matrícula total de 2021 por tipo de instituição e nível de formação**

<b>Tipo de instituição</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-Graduação</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Matrícula Total</b>
Centros de Formação Técnica	134.496		14	134.510
Institutos Profissionalizados	378.538		1.300	379.838
Universidades	691.380	53.247	35.764	780.391
<b>Total general</b>	<b>1.204.414</b>	<b>53.247</b>	<b>37.078</b>	<b>1.294.739</b>

Fonte: Mineduc.CL, 2021.

**APÊNDICE D - Evolução de Matrícula Total por nível de formação**

<b>Nível de formação</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>% Vari- ação 2012 - 2021</b>	<b>% Vari- ação 2017 - 2021</b>	<b>% Vari- ação 2020 - 2021</b>	<b>Distribui- ção Matrí- cula 2021</b>
Graduação	1.188.047	1.194.480	1.151.922	1.204.414	13,1%	2,3%	4,6%	93,0%
Pós-graduação	46.875	48.391	45.483	53.247	29,2%	9,3%	17,1%	4,1%
Mestrado	27.414	25.633	23.581	37.078	77,4%	66,2%	57,2%	2,9%
<b>Total geral</b>	<b>1.262.336</b>	<b>1.268.504</b>	<b>1.220.986</b>	<b>1.294.739</b>	<b>14,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>6,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Mineduc.CL, 2021.

**APÊNDICE E** - Matrícula Total 2021 de Graduação por sexo e tipo de instituição

<b>Sexo</b>	<b>Centros de Formação Técnica</b>	<b>Institutos Profis- sionalizes</b>	<b>Universidades</b>	<b>Matrícula To- tal</b>
Matrícula Total de Mulheres graduada	77.789	192.599	380.843	651.231
Matrícula Total de Homens graduado	56.707	185.939	310.537	553.183
<b>Matrícula Total de graduação</b>	<b>134.496</b>	<b>378.538</b>	<b>691.380</b>	<b>1.204.414</b>

Fonte: Mineduc.CL, 2021.

**APÊNDICE F- Evolução de matrícula total por tipo de instituição**

<b>Tipo de instituição</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>% Variação 2012 - 2021</b>	<b>% Variação 2017 - 2021</b>	<b>% Variação 2020 - 2021</b>	<b>Distribuição de Matrícula 2021</b>
Centros de Formação Técnica	136.741	137.949	130.353	134.510	-4,0%	-1,7%	3,2%	10,4%
Institutos Profissionais	374.897	381.412	362.030	379.838	26,1%	0,7%	4,9%	29,3%
Universidades	750.698	749.143	728.603	780.391	13,8%	6,3%	7,1%	60,3%
<b>Total geral</b>	<b>1.262.336</b>	<b>1.268.504</b>	<b>1.220.986</b>	<b>1.294.739</b>	<b>14,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>6,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Mineduc.CL, 2021.